



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4150 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

DESPACHO

Ao Setor de Aquisição Direta de Materiais:

Encaminhamos o **Pedido de Compra nº 88/2023**, referente à aquisição de **esfregão de chão (saco de algodão)**.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Pulcinelli da Jornada, Assistente Legislativo**, em 13/11/2023, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0653430** e o código CRC **3BA76100**.

Pedido de Compra 88/2023

- Iniciada em: 13/11/2023 16:11:56
- Requerente: Setor de Almoxarifado

Projeto Básico

- **Objeto:** Esfregão de Chão (Saco de Algodão)

Código: LES1030

Unidade: peça

Grupo: (L) Limpeza / Higiene

Estoque Disponível: 14

Consumo Médio Mensal: 4,9

Alcance: 2,8

Valor da Última Aquisição: R\$ 5,08

Data da Última Aquisição: 28/10/2022

Quantidade Solicitada: 70

- **Especificação:**

Saco de algodão, branco, alvejado, tipo embalagem para 60 kg. Peso individual aproximado: 80 gramas.

Dimensões aproximadas: 50 cm x 70 cm. Embalagem com 25 unidades. Enviar amostra.

- **Justificativa:**

Para atender as demandas da Casa por um período estimado de 12 meses.

- **Observações:**

Local e horários de entrega: Setor de Almoxarifado da Câmara Municipal de Porto Alegre. Av. Loureiro da Silva, 255, sala 137.

Horário de entrega: de segunda à quinta-feira das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h. Na sexta-feira, à tarde, o recebimento se encerra às 16h.

Responsáveis pela fiscalização e aquisição:

Guilherme Pulcinelli da Jornada (titular).

Ulisses Pothin (suplente).

- **Modalidade/Cronograma de Entrega:**

Entrega única.

Prazo de entrega de 15 dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

- **Valor Estimado:** a ser elaborado pela área competente.

- **Pagamento Contratual:** Por determinação superior, o pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis após a entrega do material e efetivo recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

- **Responsabilidade da Contratante:** Efetuar o pagamento, de acordo com o prazo estabelecido, mediante a entrega do objeto.
- **Responsabilidade da Contratada:** Entregar o objeto mediante solicitação da Câmara Municipal de Porto Alegre, através de Nota de Empenho, em perfeitas condições, sendo de sua responsabilidade a reposição do material que não estiver em conformidade com as especificações.
- **Responsáveis pelo recebimento do material:** servidores lotados no Setor de Almoxarifado.

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4150 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

DESPACHO

À SCON,

Encaminhamos o **Pedido de Compra nº 88/2023** 0653431, referente a **esfregão de chão (saco de algodão)**, para reposição de estoque de almoxarifado.

Sugerimos a aquisição mediante Sistema de Registro de Preços da Administração Municipal, considerando que o **item 11** da ata **PE 62/2023** 0656665 atende às especificações do Pedido e dispõe de saldo disponível em ata, conforme [Planilha de materiais PMPA](#), disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=194 .



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Pothin da Motta, Assistente Legislativo**, em 20/11/2023, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0656647** e o código CRC **548F8AFF**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
UNIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS - DLC/SMAP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24959700/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 23.0.000017419-0

PE 062/2023

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, CNPJ nº 92.963.560/0001-60 neste ato representado pela **DIRETORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, Sra. **MARIANE BEATRIZ JECKEL**, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto nº 21.363, de 3 de fevereiro de 2022, aqui denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e a Empresa **PROQUILL PRODUTOS QUIMICOS DE LIMPEZA LTDA**, CNPJ. n.º 87.174.991/0001-07, tendo sede na Rua Vereador Mario Cardoso Ferreira, nº 359, Bairro Tijuca, cidade de Alvorada - RS, legalmente representada pelo **Sr. ULISSES GERMANO HEIT**, aqui denominada simplesmente **FORNECEDOR**, firmam a presente Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preços nº 62/2023**, para a Administração Pública do Município de Porto Alegre, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Municipal n.º 881/2020, Lei Municipal n. 12.827/2021, Decreto n.º 20.587/20 e Decreto nº 11.555/1996, e de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes no **INSTRUMENTO I**, integrante da presente Ata e consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços de material de higiene e limpeza, conforme descrição e marcas constantes no **INSTRUMENTO I e seus Anexos**, desta Ata de Registro de Preços.

1.2. Serão considerados participantes do Sistema de Registro de Preço os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, as entidades da Administração Pública Municipal Indireta e o Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento passará a vigor a partir de sua assinatura, sendo extinto ao final do prazo de validade do registro de preços, que é de 01 (um) ano.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado para cada item constantes do item 1.1, está especificado no **INSTRUMENTO I** desta Ata de Registro de Preços.

3.1.1. Estão incluídos no valor todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as solicitações de fornecimento que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie.

3.2.1. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art. 5º do Decreto nº 11.555/96.

CLÁUSULA QUARTA – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1.. A formalização para a aquisição do material se dará mediante nota de empenho.

4.2 - Para a formalização, será exigida a comprovação das condições de habilitação estabelecidas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

4.3. Fica estabelecida a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade pela **FORNECEDORA**, nas hipóteses previstas no *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021.

4.3.1 - A exigência do Programa de Integridade, quando cabível, dar-se-á a partir da emissão da **NOTA DE EMPENHO**, devendo a **FORNECEDORA** apresentar, o relatório de perfil e relatório de conformidade do Programa por ela instituído.

4.3.2 - A **FORNECEDORA** que celebrar relação contratual com o **MUNICÍPIO** pela primeira vez durante a vigência da Lei Municipal 12.827/2021, inclusive renovação e outros aditivos, e não houver implementado o Programa de Integridade, deverá apresentar, antes da emissão da **NOTA DE EMPENHO**, Termo de Compromisso, conforme modelo no Anexo III da Instrução Normativa 003/2021, da Controladoria-Geral do Município, e nos primeiros 30 dias após a Ordem de Início do Contrato, além do Relatório disposto no inciso I do art. 3º da Instrução Normativa 003/2021 da Controladoria-Geral do Município, deverá apresentar Plano de Trabalho compatível com o Relatório de perfil e cronograma de implementação do Programa de Integridade, a ser cumprido em até 12 (doze) meses.

4.3.3 - Os custos e as despesas com a implantação e manutenção do Programa de Integridade ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo ao **CONTRATANTE** o seu ressarcimento.

4.3.4 - O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua existência, aplicação e efetividade, pela Controladoria-Geral do Município, na forma estabelecida na Instrução Normativa 003/2021 da Controladoria-Geral do Município, sujeitando-se a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Municipal 12.827/2021, em caso de descumprimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA

5.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra, que será encaminhada para o **FORNECEDOR** através do e-mail informado pelo mesmo no **ANEXO III - Especificações Técnicas/Modelo de Proposta**.

5.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo **FORNECEDOR**, desde que requerido antes da data limite para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada, por escrito, diretamente, ao local de entrega constante na Nota de Empenho ou ordem de compra. Caso o processo esteja em fase recursal, as dúvidas serão esclarecidas pela Comissão de Julgamento de Recursos (cjra.dlc@portoalegre.rs.gov.br).

5.1.2. A troca de marca ou de embalagem poderá ser solicitada pelo **FORNECEDOR** a qualquer momento durante a vigência da ata de registro, condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada para Unidade de Registro de Preços - URP - DLC (urp@portoalegre.rs.gov.br). Em caso de deferimento, este deve ser apresentado ao órgão demandante no momento da entrega do material.

5.2. Os locais de entrega serão todos dentro do Município de Porto Alegre, conforme indicação na nota de empenho ou ordem de compra.

5.3. O objeto com preço registrado deverá ser entregue de acordo com as especificações constantes no **INSTRUMENTO I**;

5.3.1. Quando as especificações do material não dispuserem de modo diverso, a **VALIDADE** do produto, na data de recebimento pelo órgão requisitante, **deverá ter no mínimo 01 (um) ano ou 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo vigente, quando este for inferior a 01 (um) ano**.

5.4. O **FORNECEDOR** deverá comprometer-se a trocar todo o material pertencente a um lote em que tenham sido detectados problemas decorrentes devido a falhas no processo de fabricação ou de transporte inadequado;

5.5. O **FORNECEDOR** deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro ainda que, a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.

5.6. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, o **FORNECEDOR** deverá providenciar, no prazo máximo

de até 03 (três) dias úteis, após a solicitação do órgão responsável pela compra, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas nesta Ata de Registro, no Decreto nº 11.555/96, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.090/90).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo do pagamento devido pelo **MUNICÍPIO** é de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto licitado, mediante apresentação da nota fiscal/fatura.

6.1.1. O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura com a descrição detalhada dos materiais, com a entrega devidamente atestada pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

6.1.2 - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**.

6.2. Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, este, dar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

6.3. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o **FORNECEDOR** informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão solicitante, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

6.4. O **FORNECEDOR** tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **CONTRATANTE**, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

6.5. O fornecimento deve ser mantido caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1. Não será concedido reajuste dos preços registrados.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

7.4.1. liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.4.2. convocar os **FORNECEDORES REMANESCENTES**, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.4.3. Não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá proceder à revogação, parcial ou

integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5. O requerimento deverá ser encaminhado para a Unidade de Registro de Preços (URP) da Diretoria de Licitações e Contratos, localizada na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140.

7.6. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão final em até 60 (sessenta) dias a contar da entrega completa de toda a documentação comprobatória pelo FORNECEDOR.

7.7. Não poderá haver interrupção do fornecimento até a decisão final do órgão gerenciador, sob pena das aplicações das sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1. Fornecer e manter atualizado e-mail e telefone para contato e encaminhamento da Nota de Empenho ou Ordem de Compra.

8.2. Submeter-se à fiscalização do órgão responsável pelo recebimento do objeto registrado. Acatando prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.

8.3. Cumprir os prazos e obrigações estabelecidas neste instrumento.

8.4. Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução do fornecimento dos bens adquiridos pelo **MUNICÍPIO**.

8.5. Pagar todos os tributos devidos, referentes à execução da Ata.

8.6. Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto registrado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.

8.7. Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.

8.8. Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de qualquer situação, a fim de não causar transtorno ou atraso quando da entrega do objeto.

8.9. Prestar toda assistência para o perfeito andamento do fornecimento do objeto.

8.10. Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação do objeto a serem fornecidos.

8.11. Observar o prazo de validade do objeto fornecido quando sua especificação assim o requerer.

8.12. Fornecer o objeto dentro do melhor padrão técnico aplicável no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento, às especificações do **MUNICÍPIO**, ao Edital e ao processo de licitação, documentos estes que integram o presente, desde que não conflitem com as suas disposições, sendo que as do **MUNICÍPIO** prevalecerão sobre as do **FORNECEDOR**.

8.13. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções que por ventura não tenham sido identificados no período de testes.

8.14. O **FORNECEDOR** deverá responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio que porventura venham a ser ocasionados pelo uso dos produtos fornecidos, confirmados por laudo técnico, assumindo integralmente o ônus pelo conserto do equipamento danificado ou a substituição por equipamento similar ou superior.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. O órgão responsável pela Ata, Unidade de Registro de Preços (URP-DLC), disponibilizará à empresa fornecedora a Ata de Registro de Preços;

9.2. São obrigações da Unidade de Registro de Preços (URP-DLC):

9.2.1. Atender às solicitações de esclarecimentos do **FORNECEDOR**;

9.2.2. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações da ata, assim como as demais disposições pertinentes;

9.2.3. Orientar aos órgãos demandantes quanto às dúvidas encaminhadas;

9.2.4. - Aplicar ao FORNECEDOR as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

9.3. São obrigações do órgão demandante:

9.3.1. Realizar a primeira notificação ao **FORNECEDOR**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.3.1.1. Em caso de descumprimento por parte do **FORNECEDOR**, o órgão demandante deverá encaminhar à Unidade de Registro de Preços (URP-DLC), através de processo SEI, relato das dificuldades enfrentadas, bem como cópia da notificação que trata o item 9.3.1 e demais documentos pertinentes.

9.3.2. Inspecionar a execução do fornecimento e a qualificação do objeto entregue, conforme especificações do ato convocatório;

9.3.3 Inspecionar, periodicamente, os locais de acondicionamento do objeto contratado para verificar, em especial, o cumprimento das rotinas estabelecidas e das solicitações de providências;

CLÁUSULA DEZ – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA, DA ENTREGA E DO OBJETO

10.1. A fiscalização quanto à obediência a Ata de Registro de Preços, da entrega e do objeto será exercida, através responsável designado pelo órgão demandante.

10.2. A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas na presente Ata.

10.3. O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município (FOR), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

11.1.1 - não mantiver a habilitação exigida no edital;

11.1.2 - apresentar documentação falsa;

11.1.3 - causar o atraso na execução do objeto;

11.1.4 - não mantiver a proposta;

11.1.5 - falhar na execução do contrato;

11.1.6 - fraudar a execução do contrato;

11.1.7- comportar-se de modo inidôneo;

11.1.8 - declarar informações falsas; e

11.1.9 - cometer fraude fiscal.

11.2. O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e declaração de inidoneidade, sendo que a sanção de impedimento descrita no item anterior, a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços.

11.3. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

11.4. Na hipótese de atraso na entrega do material, será aplicada multa de 0,3% (zero virgula três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da aquisição, até o limite de 20% (vinte por cento).

11.5. Aplica-se o disposto no item anterior o caso de atraso injustificado do prazo estabelecido para substituição, correção ou reparação do artigo rejeitado, considerando para a cobrança da multa e para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, o prazo estabelecido para a substituição do artigo.

11.6. Em caso de atraso superior a 30 dias, a partir do 31º (trigésimo primeiro) o **MUNICÍPIO**, a seu exclusivo critério, poderá recusar o recebimento do material, cancelando a Ata de Registro de Preços e aplicando as sanções referentes

à inexecução parcial ou total, conforme o caso.

11.7. O **MUNICÍPIO**, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais Licitantes classificadas para assumirem o objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.8. No descumprimento de quaisquer outras obrigações, excetuada a hipótese de não cumprimento de prazos, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de até **10%** (dez por cento) do valor total da aquisição.

11.8.1. Será aplicada multa de 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, em caso de descumprimento das exigências do Programa de Integridade, nos termos do art. 36 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021.

11.9. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do **MUNICÍPIO**.

11.10. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11.11. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOPA.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do **FORNECEDOR** poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

12.1.1.1. O **FORNECEDOR** não cumprir as exigências contidas no edital ou Ata de Registro de Preços;

12.1.1.2. O **FORNECEDOR**, injustificadamente, não aceitar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**;

12.1.1.3. O **FORNECEDOR** incorrer em um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores;

12.1.1.4. O **FORNECEDOR** perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da Ata;

12.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

12.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas na forma do inciso XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR, quando:

12.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.2.1. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido que deverá conter toda a documentação comprobatória.

12.2.2. Caso não aceitas as razões do pedido de cancelamento, fica facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos casos previstos no item 12.1.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do **FORNECEDOR** encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, considerando-se cancelado o registro do **FORNECEDOR**, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação **FORNECEDOR** para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento, até a

decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no edital, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes das solicitações do objeto correrão por conta das dotações orçamentárias e financeiras próprias dos órgãos da Administração Pública Municipal de Porto Alegre participantes do SRP.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica o **FORNECEDOR** vinculado, até o término da presente Ata de Registro, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de traslado fazem parte integrante deste instrumento.

14.2 - Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades do **FORNECEDOR**, integram esta Ata de Registro de Preços, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

14.2.1 - Edital de Pregão Eletrônico nº 62/2023, com todos os seus Anexos;

14.2.2 - Proposta do **FORNECEDOR**;

14.3 - Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preços, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos, oriundos da presente Ata de Registro fica eleito o Foro da cidade de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim por estarem justos e acertados, é firmada a presente Ata de Registro de Preços, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **MUNICÍPIO**.

INSTRUMENTO I

Item	Código	Especificação do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)
3	1007202	DESINFETANTE E GERMICIDA, LÍQUIDO, AROMA DE PINHO, USO DOMÉSTICO, FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 500 ML APROX. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. MARCA: PROQUILL REGISTRO: 309420011	FR	32.150	1,55	49.832,50

11	1007442	SACO DE ALGODÃO, VAZIO, ENCORPADO, ALVEJADO BRANCO, TAMANHO APROX. DE 50 CM X 78 CM, 115G. MARCA: MARTINS	PC	17.850	5,30	94.605,00
----	---------	--	----	--------	------	-----------



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Germano Heit, Usuário Externo**, em 22/08/2023, às 17:57, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Beatriz Jeckel, Servidor Público**, em 23/08/2023, às 16:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **24959700** e o código CRC **F551A493**.

23.0.000017419-0

24959700v4



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23.0.000017419-0
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2023

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, através da **DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO – SMAP**, com sede na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140, torna público para conhecimento de todos os interessados que no dia e hora constantes no AVISO DE ABERTURA publicado, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo “**MENOR PREÇO**”, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, pelo Decreto Municipal nº 20.587/20, pela Lei Complementar Municipal nº 881/2020, pela Lei Municipal nº 12.827/2021 e pelo Decreto Municipal nº 11.555/1996, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

A informação dos dados para participação deverá ser feita através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA.	
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.741.661,65 (um milhão, setecentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos)	MODO DE DISPUTA: ABERTO
DATA DA DISPUTA: Conforme aviso de abertura	ADMITE PROPOSTA COM QUANTITATIVO ABAIXO DO ESTIMADO?: NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO	BENEFÍCIO ME/EPP: CONFORME ITEM 9.1 DO EDITAL

TEMPO DE DISPUTA: Durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o Registro de Preço de material de higiene e limpeza, para a Administração Pública Municipal, conforme especificações constantes no **ANEXO III – Especificações Técnicas/Modelo de Proposta**, integrante do presente Edital.

1.2. Serão considerados participantes do Sistema de Registro de Preço os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, as entidades da Administração Pública Municipal Indireta e o Legislativo Municipal.

1.3. O Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -CNPJ dos participantes do Sistema de Registro de Preço segue abaixo:

1.3.1. MUNICÍPIO PORTO ALEGRE , CNPJ nº 92963560/0001-60;

1.3.2. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 89522437/0001-07;

1.3.3. DMLU, CNPJ nº 88.017.272/0001-45;

1.3.4. DMAE, CNPJ nº 92924901/0001-98;

1.3.5. DEMHAB, CNPJ nº 92965870/0001-13;

1.3.6. FASC, CNPJ nº 89525901/0001-00;

1.3.7. IMESF, CNPJ nº 14025433/0001-06;

1.3.8. PREVIMPA, CNPJ nº 05332568/0001-23;

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar desta Licitação as empresas que preencham as condições estabelecidas neste Edital.

2.2 - Estarão **impedidas** de participar da presente licitação as empresas:

2.2.1 - proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2 - que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.3 - que estiverem em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

2.2.4 - que tenham um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representando licitantes distintos, que concorram entre si;

2.2.5 - que tenham em sua composição societária sócios em comum, gerentes ou diretores, que concorram entre si;

2.2.6 - que tenham sócios, diretores, gerentes, empregados, representantes legais ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos do Município de Porto Alegre ou de qualquer entidade que integre sua administração indireta.

2.2.7 - que realizaram doações em dinheiro, ou bem estimáveis em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015.

2.2.8 - nas quais haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo político, em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;

b) servidor efetivo ou de pessoa com vínculo de trabalho municipal remunerado que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

c) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

2.2.8.1. - Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

2.2.9 - reunidas sob a forma de consórcio.

2.3 - O tratamento destinado à participação de licitantes que se enquadrarem como microempresas ou empresas de pequeno porte, assim definidas em Lei, encontra-se discriminado no item 9.1 do Edital.

3 - DO PROCEDIMENTO

3.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com apoio técnico e operacional da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – PROCEMPA.

3.2 - O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, denominado "Pregoeiro", com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3.4 - Impugnações ao ato convocatório do pregão e Recursos caberão na forma especificada nos itens 5 e 12 do Edital que tratam da Impugnação, Esclarecimentos ao Edital e dos Recursos.

4 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 - Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

4.3 - Em sendo sócio, proprietário ou dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do

respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.4 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa justificada do Portal de Compras Públicas.

4.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso, em quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.7 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data, horário e limites estabelecidos.

4.8 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.9 - Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, bem como as mensagens disponibilizadas através do site, desde a data da publicação do Edital até a sua homologação, ficando a Administração isenta de quaisquer responsabilidades diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste.

4.10 - As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos do **artigos 43 a 49**, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14 ou da Lei Federal nº 11.488/07.

4.10.1 - O tratamento dado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será informado no Portal Eletrônico.

4.10.2 - As licitantes que se declararem beneficiárias das Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Complementar Federal nº 147/14 e Lei Federal nº 11.488/07 e **NÃO COMPROVAREM OS REQUISITOS LEGAIS PARA TAL ENQUADRAMENTO** serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no Edital e legislação pertinente.

4.10.3 - A comprovação dos requisitos tratada neste item se dará em conformidade com a apresentação dos documentos para habilitação exigidos no **ANEXO I – Documentação Habilitatória** deste edital;

5 - DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

5.1 - Impugnações e esclarecimentos ao ato convocatório do pregão **serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.**

5.1.1 - As Impugnações e os esclarecimentos deverão ser enviados através de campo próprio do sistema no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.2 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.3 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da data de recebimento da impugnação, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.4 - Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

5.2 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5.3 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura

da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1 - Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha e somente será efetivado mediante as seguintes declarações eletrônicas, exigidas pelo sistema:

6.2.1 - Declaração de Conhecimento do Edital;

6.2.2 - Declaração de Inexistência de Impeditivos;

6.2.3 - Declaração de Não-Emprego de Menores; e

6.2.4 - Declaração Negativa de Doação Eleitoral.

6.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Certificado de Registro Cadastral - CRC do Município de Porto Alegre/RS, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor **unitário** do **ITEM**;

7.1.2 - A Marca ofertada, podendo ser ofertada mais de uma marca, mantendo preço único;

7.2 - Os licitantes deverão apresentar proposta de **MENOR PREÇO** utilizando 2 (duas) casas depois da vírgula.

7.2.1. Somente serão aceitas propostas com até quatro casas decimais para valores inferiores a um real ;

7.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o FORNECEDOR.

7.4 - O preço proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão de obra, prestação do serviço, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária imposta ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.;

7.4.1 - A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários.

7.5 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõem as especificações do bem/material licitado, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

7.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7 - O **MUNICÍPIO** é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, § 2º, inciso VII da Constituição Federal.

7.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas.

8.2.1 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** do item em disputa.

8.5.2 - **O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.**

8.5.3 - Para os lances com valor inferior a um real, **o intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 0,0001 (um décimo de milésimo de real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.**

8.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.8 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.11 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.14 - A manifestação de desistência do lance durante a fase de disputa deverá ser enviada exclusivamente pelo site da disputa e será analisada pelo Pregoeiro.

8.15 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.16 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR UNITÁRIO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19 - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese, conforme descrito nos **itens 8.20 a 8.24**.

8.19.1- Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do **item 8.19**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.19.2- Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.19.3- Caso a licitação seja exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, não se aplica o previsto nos itens 8.20 a 8.23.

8.20 - Será assegurada como primeiro critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme a Lei Complementar Federal nº 123/06.

8.21 - O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

8.21.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontre no intervalo de 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, o sistema fará a identificação e aplicará o critério da Lei Complementar Federal nº 123/06.

8.24- Persistindo o empate ou havendo o empate em licitação exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, será assegurada a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

8.24.1 - produzidos no País;

8.24.2- produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

8.24.3 - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.24.4 - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.25 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.25.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.2 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.26 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.27 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

9 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1 -Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, **conforme tabela abaixo**, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 24 do Decreto n.º 20.587/20:

Item	Código	Especificação do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)	Benefício ME/EPP
1	1007152	CERA LÍQUIDA, INCOLOR, A BASE DE CERA NATURAL E SINTÉTICA PARA ASSOALHO. LATA OU EMBALAGEM PLÁSTICA COM 850 ML APROXIMADAMENTE. INDICAR MARCA. INDICAR O NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA.	LT	4.110	4,41	18.125,10	EXCLUSIVO
2	1007194	DESINFETANTE SANITÁRIO A BASE DE PARADE CLOROBENZENO, EM TABLETE COM 40G APROX., PESO LÍQUIDO, PERFUMES DIVERSOS, COM GANCHO DE SEGURANÇA. INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	17.660	2,58	45.562,80	EXCLUSIVO
3	1007202	DESINFETANTE E GERMICIDA, LÍQUIDO, AROMA DE PINHO, USO DOMÉSTICO, FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DO REGISTRO NO MI NISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	32.150	2,68	86.162,00	DESEMPATE
4	1007210	DETERGENTE LÍQUIDO,NEUTRO,BIODEGRADÁVEL, DESENGORDURANTE, PH 7, USO DOMÉSTICO, EM FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NO MI NISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	60.440	2,16	130.550,40	DESEMPATE
5	1007236	ESFREGÃO DE AÇO, DUPLO. INDICAR MARCA.	PC	2.210	1,68	3.712,80	EXCLUSIVO

6	1007251	ESPONJA PARA LIMPEZA, COM 11,5 X 7,5 X 2 CM APROX., DUAS FACES, UM LADO EM FIBRA ABRASIVA E OUTRO EM ESPUMA MACIA, EMBALAGEM INDIVIDUAL DE FÁBRICA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA.	PC	31.560	3,00	94.680,00	DESEMPATE
7	1007277	LUSTRA MÓVEIS, FRASCO COM 200 ML APROX. INDICAR MARCA.' O PRODUTO A SER ENTREGUE NAO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	2.690	2,66	7.155,40	EXCLUSIVO
8	1007368	PA PARA LIXO, CONCHA EM CHAPA DE METAL, ESPESSURA 1 MM APROX.,CABO EM FORMA TUBU BULAR OU DE "C", EM CHAPA DE METAL ESPESSURA 1 MM NO MINIMO, OU DE MADEIRA. INDICAR MARCA.	PC	110	9,60	1.056,00	EXCLUSIVO
9	1007376	PASTA PARA LIMPEZA OU SABÃO EM PASTA, CONTENDO SUBSTÂNCIA ÁSPERA, EMBALAGEM PLÁSTICA OU LATA COM 300G.APROX. INDICAR MARCA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	LT	9.530	5,67	54.035,10	EXCLUSIVO
10	1007434	SACO DE ALGODAO,VAZIO,ENCORPADO, LAVADO, TAMANHO APROXIMADO 50CM X 78CM, 115G. INDICAR MARCA.	PC	16.570	6,11	101.242,70	DESEMPATE
11	1007442	SACO DE ALGODÃO,VAZIO,ENCORPADO,ALVEJADO BRANCO, TAMANHO APROX. DE 50 CM X 78 CM, 115G. INDICAR MARCA.	PC	17.850	8,08	144.228,00	DESEMPATE
12	1007459	SAPONÁCEO EM PÓ, TUBO COM 300 G APROX., PESO LÍQUIDO. INDICAR MARCA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA DATA DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA.	TB	6.830	2,90	19.807,00	EXCLUSIVO
13	1007467	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA.	CN	5.380	47,13	253.559,40	DESEMPATE

14	1007475	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. INDICAR MARCA.	CN	1.150	47,13	54.199,50	EXCLUSIVO
15	1007483	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR VERDE, COM CAPACIDADE DE 40 LITROS, ESPESSURA 0,06 MICRONS NO MÍNIMO. INDICAR MARCA.	CN	3.550	17,30	61.415,00	EXCLUSIVO
16	1007491	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 40 LITROS, INDICAR MARCA.	CN	530	17,30	9.169,00	EXCLUSIVO
17	1007509	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 60 LITROS, ESPESSURA 0,08 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA.	CN	4.230	21,17	89.549,10	DESEMPATE
18	1007517	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 60 LITROS. INDICAR MARCA.	CN	540	21,17	11.431,80	EXCLUSIVO
19	1007616	ESTOPA BRANCA DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA LIMPEZA E POLIMENTO, CONSTITUÍDA DE NO MÍNIMO 60% DE FIOS DE ALGODÃO BRANCO NOVOS E 40% LIGEIRAMENTE ESCURECIDOS. OS FIOS DEVERÃO TER COMPRIMENTO MÍNIMO DE 15CM (TOLERÂNCIA 10%), FORMANDO UMA MISTURA HOMOGÊNEA, DESEMBARAÇADA, PENTEADA, ISENTA DE NÓS, AGLOMERADO, OUTRAS FIBRAS OU CORPOS ESTRANHOS. EMBALAGEM COM 10 OU 20KG. INDICAR MARCA.	KG	130	14,35	1.865,50	EXCLUSIVO
20	1007624	LIMPA VIDROS LÍQUIDO, EMBALAGEM COM 500ML APROX. INDICAR MARCA.	VD	1.550	3,05	4.727,50	EXCLUSIVO
21	1007632	DETERGENTE LÍQUIDO PERFUMADO A BASE DE AMONÍACO, USO DOMÉSTICO, FRASCO PLÁSTICO COM 500ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	5.120	7,04	36.044,80	EXCLUSIVO
22	1012145	CERA ACRÍLICA, AUTO-SELANTE, AUTOBRILHO, METALIZADA, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 5L APROX. INDICAR MARCA.	L	290	5,41	1.568,90	EXCLUSIVO

23	1012152	CERA LÍQUIDA, INCOLOR, A BASE DE CERA NATURAL E SINTÉTICA, DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, PARA USO EM PISO COML. E INDUSTRIAL; LATA OU EMBALAGEM PLÁSTICA COM 850ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA.	LT	1.280	4,63	5.926,40	EXCLUSIVO
24	1025584	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, CAPACIDADE PARA 200 LITROS, COR PRETA, COM 1,0M DE LARGURA X 1,44M DE ALTURA APROXIMADAMENTE, ESPESSURA 0,14 MICRONS NO MÍNIMO. INDICAR MARCA.	PC	18.600	0,5381	10.008,66	EXCLUSIVO
25	1044684	LIMPADOR MULTI-USO INSTANTÂNEO, EMBALAGEM COM 500ML. INGREDIENTE ATIVO: TENSOATIVO ANIÔNICO BIODEGRADÁVEL. COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO TENSOATIVO NÃO IÔNICO ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, SOLUBILIZANTE ÉTER GLIOLÍCO, ÁLCOOL, PERFUME LAVANDA FLORAL OU TRADICIONAL E ÁGUA. INDICAR MARCA.	FR	9.570	2,45	23.446,50	EXCLUSIVO
26	1063999	KIT LIMPEZA COM BALDE PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 10 LITROS APROX., EM PP, PAREDES COM ESPESSURA DE 2MM, APROX., BOCA DO BALDE C/BICO E 26CM DE LARG.(INTERNA), ALÇA EM PP COM EMPUNHADURA ANATÔMICA, ALTURA MAX. DO BALDE (SEM O CESTO) 30CM, ESPREMEDOR PP REFORÇADO C/3 PONTOS DE APOIO E ENCAIXE P/CABO LARG. MÍNIMA SUPERIOR DE 14 CM. (INTERNAMENTE) E LARGURA MÍNIMA INFERIOR DE 5CM (INTERNAMENTE), CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO COM 1,2M DE COMPR. EXTREMIDADES COM ALÇA E ROSCA, REFIL DE ALGODÃO E POLIPROPILENO COM ROSCA INTERNA. INDICAR MARCA.	PC	180	36,10	6.498,00	EXCLUSIVO
27	1071711	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 40 LITROS, ESPESSURA DA PAREDE 0,06MM NO MÍNIMO, LARGURA 52CM X COMPRIMENTO 58CM APROX., CONFORME NBR 9190/93 E 9191/93, PACOTE COM 100 UNIDADES. INDICAR MARCA.	CN	3.890	10,67	41.506,30	EXCLUSIVO

28	1071729	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 60 LITROS, ESPESSURA DA PAREDE 0,08 MM NO MÍNIMO, LARGURA 58 CM X COMPRIMENTO 70 CM APROX., CONFORME NBR 9190/93 E 9191/93, PACOTE COM 100 UNIDADES. INDICAR MARCA.	CN	3.960	20,29	80.348,40	DESEMPATE
29	1071737	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA DA PAREDE 0,10 MM NO MÍNIMO, ALTURA 75 CM X COMPRIMENTO 105 CM APROX., CONFORME NBR 9190/93 E 9191/93, PACOTE COM 100 UNIDADES. INDICAR MARCA.	CN	5.500	30,37	167.035,00	DESEMPATE
30	1071836	DESINFETANTE MULTIUSO, PARA LIMPEZA PESADA, FRASCO COM 500ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA..	FR	7.290	7,03	51.248,70	EXCLUSIVO
31	1071885	INSETICIDA LÍQUIDO DE USO DOMÉSTICO, EM SPRAY, INODORO, NÃO TÓXICO, A BASE DE ÁGUA, SEM CFC, TUBO COM 300ML APROX. INDICAR MARCA E VOLUME.	LT	1.760	7,58	13.340,80	EXCLUSIVO
32	1071927	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,14 MICRONS. INDICAR MARCA.	CN	1.830	38,79	70.985,70	EXCLUSIVO
33	1097997	PÁ PARA LIXO, PLÁSTICA, COM CABO DE NO MÍNIMO 60CM. INDICAR MARCA.	PC	2.210	3,66	8.088,60	EXCLUSIVO
34	2001057	KIT LIMPEZA COMPOSTO DE: UM BALDE PLÁSTICO EM FORMATO OVAL COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 14 LITROS, EM PP, PAREDES COM ESPESSURA DE 2 MM APROXIMADAMENTE, BOCA DO BALDE COM BICO, COM APROXIMADAMENTE 24 CM DE LARGURA POR 35 CM DE COMPRIMENTO (INTERNAMENTE), ALÇA EM PP COM EMPUNHADURA ANATÔMICA, ALTURA MÁXIMA DO BALDE SEM O CESTO 30 CM - ESPREMEDOR PP REFORÇADO, COM DOIS OU TRÊS PONTOS, REFORÇADOS, DE APOIO, COM ENCAIXE PARA CABO, COM LARGURA MÍNIMA SUPERIOR DE 14 CM (INTERNAMENTE) E LARGURA MÍNIMA INFERIOR DE 8 CM (INTERNAMENTE) - CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO COM 1,20 M DE COMPRIMENTO, EXTREMIDADES COM ALÇA E ROSCA - REFIL EM ALGODÃO E POLIPROPILENO COM ROSCA INTERNA. INDICAR MARCA.	PC	820	35,95	29.479,00	EXCLUSIVO

35	2001673	SACO PLASTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE PARA 130 LITROS E 26 KG, MEDIDA DO 0,90 X 1,05, COM ESPESSURA DE 0,10 MILÍMETROS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	4.670	0,8355	3.901,79	EXCLUSIVO
----	---------	---	----	-------	--------	----------	-----------

9.1.1 - O procedimento para a aprovação da(s) marca(s) ofertada(s) está previsto no ANEXO III – Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço.

9.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

9.2.1 - não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

9.2.2 - contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.2.3 - não apresente as especificações técnicas exigidas no Edital;

9.2.4 - apresentar preço final superior ao preço estimado pelo Município (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.4.1 - Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.2.4.1.1 - for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3 - A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 45, *caput*, do Decreto n.º 20.587/20.

9.4 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

9.4.1 - Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

9.4.2 - Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

9.4.3 - Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

9.4.4 - Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

9.4.5 - Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

9.4.6 - Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a execução do objeto;

9.4.7 - Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.5 - Será desclassificada a proposta que não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro;

9.5.1 - A adequação da proposta na forma do item anterior não poderá acarretar em majoração de seu valor global.

9.5.2 - O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza-se hipótese de desclassificação da proposta.

9.6 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.6.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.7 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.8 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

9.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 - Concomitantemente ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará se o mesmo atende às condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

10.1.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

10.1.3 - Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.4 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

10.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 - Se o licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.5 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

10.5.1 - A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

10.5.2 - Quando solicitada, a documentação física original ou autenticada deverá ser encaminhada à Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, situada na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140, nos seguintes horários de atendimento: Manhã: 09 h 00 min às 11 h 30 min e Tarde: 13 h 30 min as 17 h 00 min. Os documentos deverão ser enviados em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2023

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

10.6 - Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

10.7 - Quando da verificação dos documentos para habilitação arrolados no **ANEXO I - Documentação Habilitatória** do Edital, o pregoeiro procederá ao que segue:

10.7.1 - A habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos apresentados pelos licitantes ou pelo

Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Alegre/RS, nos documentos por ele abrangidos;

10.7.1.1 - Maiores informações sobre o CRC e a forma/documentos necessários para se cadastrar estão disponíveis no link <https://prefeitura.poa.br/smap/cadastro-de-fornecedores>.

10.7.1.2 – Os documentos de habilitação não abrangidos pelo CRC deverão ser enviados conforme o item 10.7.2.

10.7.2 - Os documentos exigidos para habilitação serão enviados nos termos do disposto no **item 6.1**;

10.7.3 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no **item 9.7** e a possibilidade de prorrogação prevista no **item 9.7.1**;

10.7.4 - A verificação pelo Pregoeiro do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

10.7.5 - Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

10.7.6 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

10.7.7 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

10.8 - Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10.9 - Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet, ou que sejam substituídos pelo Cadastro, terão sua validade verificada pelo Pregoeiro no momento da habilitação.

10.10 - A ausência de registro de aplicação de sanção nos cadastros mencionados no item 10.1 não elide a inabilitação da licitante, quando a sua aplicação for comprovada por outros meios idôneos.

10.11 - Serão inabilitadas as licitantes que não atenderam as exigências para habilitação contidas neste edital.

11 - ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

11.1 - A Proposta de Preço final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 - Apresentada em conformidade com o modelo **ANEXO III – Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço**, discriminando o preço do lance final ofertado, a(s) marca(s) e demais dados solicitados nas especificações técnicas do Edital, quando for o caso;

11.1.3 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o FORNECEDOR.

11.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional.

11.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 - Havendo recurso, o Pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

12.4 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.6 - Os pedidos de vistas ao processo deverão ser encaminhados ao e-mail pregoeiros@portoalegre.rs.gov.br, cabendo ao Pregoeiro disponibilizá-las por meio de acesso externo pelo Sistema Eletrônico de Informações do Município - SEI por prazo determinado.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.1.1 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro de Fornecedores (CRC), quando existente, ou através dos dados contidos nos documentos de habilitação enviados na forma do item 6, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo adjudicado o objeto ao vencedor da licitação pelo Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.3 - A homologação poderá ser revogada nos termos do Decreto n.º 20.587/20 e do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.4 - Após a homologação, poderá o licitante ser desclassificado por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, não atendimento do item 16 ou em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento, no qual a homologação será desfeita.

15 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. Após a homologação da licitação, será lavrada Ata de Registro de Preço, com vigência de 01 (um) ano, com o **FORNECEDOR** classificado em primeiro lugar.

15.1.1. A Ata de Registro de Preços é o instrumento jurídico que representa compromisso de fornecimento futuro, sem vinculação dos órgãos da Administração Pública Municipal para a execução do objeto.

15.1.2. Quando admitida pelo Edital a proposta de quantitativos abaixo do estimado pelo Município, caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no **item 10 do Edital**.

15.2. O licitante vencedor deverá assinar eletronicamente a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento da convocação, sob pena de aplicação das sanções pertinentes, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período.

15.3. Para proceder à assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá realizar o cadastramento de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme as instruções disponibilizadas em https://sei.procompa.com.br/usuario_externo/.

15.4. Quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar a Ata de Registro de Preço ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preço, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.5. Na hipótese do **FORNECEDOR** primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar a ata de Registro de Preço no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

16 - DA ENTREGA

16.1. O material deverá ser entregue em até **15 (quinze) dias** do recebimento da ordem de compra / nota de empenho, no endereço que consta na mesma, mediante a apresentação da cópia do empenho, juntamente com a nota fiscal correspondente à respectiva entrega.

16.1.1. A ordem de compra/nota de empenho será encaminhada ao Fornecedor através do e-mail informado pelo mesmo no **ANEXO III – Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço**.

16.1.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo **FORNECEDOR**, desde que requerido antes da data limite para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada, por escrito, diretamente, ao local de entrega constante na Nota de Empenho ou ordem de compra.

16.2. O objeto da presente licitação deverá ser entregue conforme especificações constantes no **ANEXO III – Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço**.

16.3. O recebimento provisório será efetuado pelo servidor responsável que verificará a quantidade/qualidade/adequação do objeto, observado o disposto nas alíneas "a" dos incisos I e II do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93;

16.4. O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor responsável ou comissão, designada pela autoridade competente, após a confirmação da verificação supracitada, observando o disposto no art. 15, parágrafo 8º, para materiais com valor superior ao limite estabelecido no art. 23 inciso II alínea "a" e nas alíneas "b" dos incisos I e II do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93;

16.5. Caso algum produto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, o FORNECEDOR deverá providenciar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação expedida pelo município, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei Federal nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor.

16.6. Quando as especificações do material não dispuserem de modo diverso, a **VALIDADE** do produto, na data de recebimento pelo órgão requisitante, **deverá ter no mínimo 01 (um) ano ou 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo vigente, quando este for inferior a 01 (um) ano.**

17 - DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - A fiscalização da Ata de Registro de Preços, da entrega e do objeto será exercida de forma periódica e sistemática sobre a empresa, através de responsável técnico designado pelo órgão demandante.

17.2 - A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o FORNECEDOR das responsabilidades estabelecidas pelo Contrato ou instrumento equivalente.

17.3 - O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

17.4 - A fiscalização terá pleno poder para Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratado, objetivando:

17.4.1 - Sustar a execução, total ou parcialmente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à empresa as penalidades previstas e;

17.4.2 - Constatar que as solicitações de providências, à empresa, estão sendo cumpridas.

17.5 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do MUNICÍPIO ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18 - DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto licitado pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria requisitante.

18.2 - Se o vencimento do prazo coincidir com feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato.

18.3 - O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura com a descrição detalhada dos materiais, com a entrega devidamente atestada pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

18.3.1 - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**.

18.4 - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o FORNECEDOR informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão do **MUNICÍPIO**, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

18.5 - O **FORNECEDOR** tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **CONTRATANTE**, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

18.6 - O fornecimento deve ser mantido caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores (FOR), pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

19.1.1 - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

19.1.2 - não entregar a documentação exigida no edital;

19.1.3 - apresentar documentação falsa;

19.1.4 - não mantiver a proposta;

19.1.5 - comportar-se de modo inidôneo;

19.1.6 - declarar informações falsas;

19.1.7 - cometer fraude fiscal.

19.2 - O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e declaração de inidoneidade, sendo que a sanção de impedimento descrita no item anterior, a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços e da rescisão do Contrato ou instrumento equivalente.

19.3 - No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de até **10%** (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

19.4 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do **MUNICÍPIO**.

19.5 - Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

19.6 - Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOPA.

19.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

19.8 - As sanções decorrentes da execução do objeto estão previstas no **ANEXO V - Modelo Ata de Registro de Preços**.

20 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

20.1. O registro do **FORNECEDOR** poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – pelo **MUNICÍPIO**, quando:

- a)** o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências contidas no edital ou ata de registro de preços;
- b)** o **FORNECEDOR**, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;
- c)** o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa, da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores;
- d)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e)** por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

II - pelo **FORNECEDOR**, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

20.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

20.3. A comunicação do cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos casos previstos no inciso I do item 20.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

20.4. No caso do **FORNECEDOR** encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, considerando-se cancelado o registro do **FORNECEDOR**, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

20.5. A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no item 16, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

20.6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

21 – DOS ANEXOS

21.1.1 - ANEXO I – Documentação Habilitatória;

21.1.2 - ANEXO II – Ordem de Serviço nº 003/2021;

21.1.2.1 - ANEXO II.A - Instrução Normativa 003/2021, da Controladoria-Geral do Município

21.1.3 - ANEXO III - Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço;

21.1.3.1 - ANEXO A - Relação de marcas aprovadas

21.1.4 - ANEXO IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Entidade Profissional;

21.1.5 - ANEXO V – Modelo Ata de Registro de Preços.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.1.1 – A participação nesta licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas, bem como o pleno conhecimento do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.1.2 - Em caso de divergências entre o EDITAL e as ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, prevalecerá o EDITAL.

22.2 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.2.1 – A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de desclassificação.

22.2.2– A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo Pregoeiro, se os dados existirem em outro documento.

22.2.3 – O licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

22.3 - É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme previsto nos termos do **artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93**.

22.4 – Não serão fornecidas respostas/informações verbalmente, devendo o interessado manifestar-se no próprio site www.portaldecompraspublicas.com.br na forma do Edital.

22.5 – Após a homologação, o resultado final do julgamento do certame será publicado no Diário Oficial de Porto Alegre – DOPA, on line, podendo ser consultados no endereço www.portoalegre.rs.gov.br/dopa

22.6 – A Administração reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, ou anulá-la, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo, em tais casos, qualquer reclamação ou direito à indenização pelos licitantes.

22.6.1 – A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou instrumento equivalente.

22.6.2 – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

22.7 – É de responsabilidade da empresa interessada a consulta ao Diário Oficial de Porto Alegre, através do site www.portoalegre.rs.gov.br/dopa/ para a verificação da publicação de eventuais alterações feitas no edital até a data da abertura da licitação.

22.8 – Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para dirimir litígios deste instrumento convocatório.

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

1 - PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA:

1.1 – Os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço serão encaminhados, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme o **subitem 6.1 do Edital**.

1.2 - Se o licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

1.3 - Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

1.3.1 - A não apresentação de documentação em conformidade com este item resultará na inabilitação do licitante proponente.

1.4 - A verificação do atendimento dos requisitos de habilitação dar-se-á na nos termos do **item 10 do Edital**.

1.5 - Maiores informações sobre o **Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Alegre/RS** e a forma/documentos necessários para se cadastrar estão disponíveis no link <https://prefeitura.poa.br/smap/cadastro-de-fornecedores>.

2. DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO SERÃO OS SEGUINTE:

2.1 - Documentos Relativos à:

2.1.1 - Habilitação Jurídica:

2.1.1.1 - Ato constitutivo, contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, bem como, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

2.1.1.1.1 - O objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto a ser licitado, caso o objeto social da licitante seja incompatível com o objeto a ser licitado este será considerado inabilitado.

2.1.1.2 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

2.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

2.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

2.1.2.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.1.2.3 – Prova de regularidade abrangendo os Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND).

2.1.2.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo **ESTADO**, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão estadual competente.

2.1.2.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo **MUNICÍPIO**, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão municipal competente.

2.1.2.6 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante certificado expedido pela Caixa Econômica Federal.

2.1.2.7 – Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho – Lei Federal nº 12440/11 - Resolução Administrativa TST 1470/2011.

2.1.2.8 – As Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos, acima mencionados, mesmo que estes apresentem alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123/06).

2.1.2.8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias úteis a critério da Administração Pública.

2.1.2.8.2 – A não - regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.1.3 - Qualificação Técnica:

2.1.3.1. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional expedido(s) por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda por empresa privada, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta Licitação.

2.1.3.2. Registro ou inscrição da Licitante na entidade profissional competente, se houver. Se não houver, deverá ser entregue o **ANEXO IV - Declaração da Licitante da Inexistência de Entidade Profissional.**

2.1.3.3 - O(s) atestado(s) referidos no **item 2.1.3.1** deverá(ao) ser emitido(s) em papel que identifique a pessoa jurídica emissora do atestado. O documento deverá permitir também a perfeita identificação do atestante (responsável pela emissão do atestado), constando nele o nome legível e o cargo do signatário, bem como os meios de contato (telefone, e-mail etc.) para eventual consulta ou diligência.

2.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

2.1.4.1 - Certidão Negativa de falência, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais expedidas pelo Distribuidor da sede da empresa.

2.1.4.1.1 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

2.1.4.2 - Deverão apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei (registrado na Junta Comercial, conforme regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade), devidamente assinado pelo diretor ou representante legal da empresa e respectivo profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo CRC, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedado a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando, encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta, conforme **ANEXO II - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.1.4.3 - Os licitantes que utilizarem a Escrituração Contábil Digital - ECD, através do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped deverão apresentar, para fins de habilitação os documentos abaixo:

2.1.4.3.1 - Recibo de entrega de livro digital;

2.1.4.3.2 - Balanço Patrimonial;

2.1.4.3.3 - Demonstração do Resultado do Exercício ;

2.1.4.4 - Para fins de cumprimento da exigência do Art. 31, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93, aplicar-se-á os dispositivos previstos no **ANEXO II - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrantes do presente Edital.

2.1.4.5 - Das Sociedades Anônimas ou Sociedades por Quotas de Responsabilidade LTDA., que adotarem estrutura de S.A. (art. 18, Decreto nº 3.708/19), há a impossibilidade de se exigir o balanço patrimonial do último exercício antes do decurso do prazo de quatro meses seguintes ao término deste. Neste caso, poderão apresentar o balanço patrimonial e demonstrativos de resultados do penúltimo exercício social. Fica estabelecido às demais formas societárias regidas pela Lei Comercial, os prazos estabelecidos às empresas que adotarem a estrutura de S.A., conforme exposto acima.

2.1.4.6 - Caso o proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em publicação na Imprensa, ressalvando-se a hipótese prevista no art. 294, inc. III da Lei 6.404/1976. As demais empresas deverão apresentar balanços, certificados por profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo CRC, mencionando expressamente o número do livro "Diário" e folhas em que o balanço se acha regularmente transcrito.

2.1.4.7 - As empresas constituídas há menos de um ano deverão apresentar o Balancete de Verificação, referente aos últimos dois meses anteriores a data de abertura das propostas, conforme **ANEXO II - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.1.4.8 - As empresas constituídas há menos de dois meses deverão apresentar o Balanço de Abertura, conforme **ANEXO II - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.2 - DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS:

2.2.1 - **ANEXO III** - Especificações Técnicas/Modelo de Proposta;

2.2.2 - **ANEXO IV** - Modelo de Declaração de Inexistência de Entidade Profissional, caso a licitante não seja sujeita ou não tenha registro ou inscrição em entidade profissional competente.

2.3 - DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.3.1 - Os certificados e certidões emitidos via sistema eletrônico ficarão condicionados à verificação pela Administração, devendo ser certificada pelo servidor nos autos do processo, podendo o licitante apresentar o certificado/certidão já conferido pelo órgão emitente. Neste caso o servidor poderá confirmar quaisquer informações necessárias ou anexar cópia do próprio certificado, emitido via on-line.

2.3.2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou requisição de documentos em substituição aos exigidos neste Edital.

2.3.3 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua emissão.

2.3.4 - As declarações emitidas pelas empresas terão validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua emissão.

2.3.5 - As licitantes que não atenderem as exigências para habilitação contidas neste Edital, serão inabilitadas.

2.3.6 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

ANEXO II

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003, DE 21 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre os indicadores da situação econômico-financeira das empresas licitantes da Administração Direta e Indireta.

Considerando o disposto no artigo 31, inciso I, §§ 1º e 5º, e artigo 118, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, referente à documentação de habilitação quanto à qualificação econômico-financeira das empresas licitantes;

Considerando o disposto no artigo 69, da Lei Federal n.º 14.133/2021, referente à qualificação econômico-financeira das empresas licitantes;

Considerando que a instituição de indicadores padronizados para verificação da situação financeira das referidas empresas, proporcionará aos órgãos encarregados de cadastro e elaboração de processos licitatórios melhores condições de avaliação da situação econômico-financeira das empresas;

Considerando que os processos licitatórios devem ser permeados pelo Princípio da Competitividade, que visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, todavia, garantindo a segurança e a eficiência da contratação;

D E T E R M I N O:

Art. 1º A verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes com o Município de Porto Alegre observará o disposto na presente Ordem de Serviço.

Art. 2º Para as aquisições e contratações de obras e serviços de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizado o exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do último exercício social, nos seguintes indicadores:

I – Índice De Liquidez Corrente (LC);

II – Índice De Liquidez Geral (LG);

III – Solvência Geral (SG);

§ 1º Obterão classificação econômico-financeira as empresas que apresentarem, pelo menos, 2 (dois) dos 3 (três) indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, conforme Anexo.

§ 2º Os licitantes que não obtiverem a classificação econômico-financeira prevista no § 1º deste artigo, deverão comprovar que possuem capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para fins de obtenção da sua classificação econômico-financeira.

§ 3º A qualificação econômico-financeira estabelecida neste artigo também deverá ser exigida nas licitações para o Sistema de Registro de Preços destinados a aquisição de bens e materiais e a prestação de serviços, inclusive de engenharia; independentemente do valor estimado da licitação.

Art. 3º Para aquisições, contratações de obras e serviços cujo valor estimado seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), assim como para contratações cujo objeto seja cessão de mão de obra, independente de seu valor, a verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizada por meio do exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do último exercício social, obtendo a classificação econômico-financeira as empresas que atenderem as seguintes condições:

I - Indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, sendo:

a) Índice De Liquidez Corrente (LC);

b) Índice De Liquidez Geral (LG);

c) Solvência Geral (SG);

II - Capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

Parágrafo único. Nas hipóteses do caput deste artigo, salvo para as aquisições, será também exigida a comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, deduzidos os insumos dos serviços; **(alterado pela Ordem de Serviço 14, de 28 de dezembro de 2021)**

Art. 4º Para fins de apuração do valor estimado da licitação e verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes, considerar-se-á:

I – o valor total estimado do item ou do lote arrematado pela empresa, quando a licitação tiver mais de um item ou lote de itens em disputa;

II - o valor total estimado, no caso de contratações por prazo determinado;

III – o valor anual estimado, no caso de contratações para a prestação de serviços a serem executados de forma contínua;

Art. 5º Para efeito de controle dos prazos e de validade da qualificação econômico-financeira, os Certificados de Registro Cadastral deverão apresentar a data de vencimento das referidas peças contábeis.

Art. 6º As empresas constituídas há menos de 1 (um) ano apresentarão:

I – para participar em licitações, o Balancete de Verificação referente aos 2 (dois) últimos meses anteriores à data de abertura dos envelopes.

II – para efeito de inscrição no Registro Cadastral, a empresa constituída há menos de 1 (um) ano deverá apresentar o Balancete de Verificação referente ao mês anterior à data de solicitação da inscrição.

Art. 7º As empresas constituídas há menos de 2 (dois) meses, para efeito de inscrição no Registro Cadastral e participação em licitações, apresentarão o Balanço de Abertura.

Art. 8º As formas societárias definidas na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrativos de Resultados quando a licitação tratar de **fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais**.

Parágrafo único. Deverá ser exigida da licitante enquadrado na condição referida no caput, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

Art. 9º As empresas fornecedoras de bens que não atingirem os índices estabelecidos para a qualificação econômico-financeira, prevista nos artigos 2º e 3º desta Ordem de serviço, estarão aptas, exclusivamente, para o fornecimento de bens para pronta entrega e para a locação de materiais.

§ 1º Para fins desta Ordem de Serviço, considera-se pronta entrega o fornecimento realizado pela contratada em 1 (uma)

única parcela, e efetuado imediatamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota de empenho ou da ordem de compra.

§ 2º A hipótese prevista no § 1º deste artigo deverá constar expressamente no ato convocatório.

Art. 10. A classificação econômico-financeira instituída nesta Ordem de Serviços poderá ser alterada nos Editais elaborados pela Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre/RS somente em casos excepcionais, devidamente justificados em razão da peculiaridade do objeto licitado ou em decorrência de regras estabelecidas pelos entes alheios ao Município responsáveis pelo repasse ou financiamento dos recursos para o atendimento da despesa, ainda que parcialmente.

Art. 11. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogada a Ordem de Serviço nº 09, de 22 de agosto de 2019;

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE,

Sebastião de Araújo Melo,

Prefeito de Porto Alegre.

ANEXO

EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA

LC	=	$\frac{AC}{PC}$	igual ou superior a 1
LG	=	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1
SG	=	$\frac{A REAL}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1,5

COMPRAS E SERVIÇOS

LC	=	$\frac{AC}{PC}$	igual ou superior a 0,8
LG	=	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	igual ou superior a 0,8
SG	=	$\frac{A REAL}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1,2

LC = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo.

LG = mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas a longo prazo.

SG = mede a capacidade financeira da empresa a longo prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

AC = Ativo Circulante.

PC = Passivo Circulante.

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exígivel a Longo Prazo

A REAL = Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (ex.: ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).

ANEXO II.A

INSTRUÇÃO NORMATIVA 003/2021 DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Estabelece procedimentos para avaliação e fiscalização do Programa de Integridade das Pessoas Jurídicas que contratarem com a Administração Pública, nos Termos da Lei nº 12.827/2021

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que compete à Controladoria-Geral do Município (CGM) fiscalizar o Programa de Integridade das Pessoas Jurídicas que contratarem com a Administração Pública, nos Termos do art. 42 da Lei nº 12.827/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito da Administração Pública Municipal, os procedimentos a serem adotados para avaliação do Programa de Integridade, quanto aos indicadores e parâmetros mínimos necessários para o cumprimento da Lei nº 12.827/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Os Programas de Integridade das Pessoas Jurídicas, para fins da aplicação do disposto no art. 33 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, serão avaliados nos Termos desta Instrução Normativa.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, será considerada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a Pessoa Jurídica que cumprir os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º Para fins de avaliação, a Pessoa Jurídica que já possuir o Programa de Integridade, antes da celebração de relação contratual com o Município de Porto Alegre, deverá apresentar:

I - Relatório de Perfil; e

II - Relatório de Conformidade do programa.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no *caput* deste artigo, considera-se relação contratual inclusive a renovação contratual ou outro Aditivo por prazo igual ou superior ao previsto no § 1º do art. 29 da Lei nº 12.827/2021.

§ 2º O Edital da Licitação, a Minuta do Termo de Renovação ou de outro Aditivo fará constar a exigência dos Relatórios dispostos nos incisos I e II do art. 3º.

§ 3º Na hipótese da Pessoa Jurídica celebrar relação contratual com o Município pela primeira vez e não possuir um Programa de Integridade implementado, deverá apresentar, antes da assinatura do Contrato, Termo de Compromisso, conforme modelo no Anexo III, e nos primeiros 30 dias após a Ordem de Início do Contrato, além do Relatório disposto no inciso I do art. 3º, deverá apresentar Plano de Trabalho compatível com o Relatório de perfil e cronograma de implementação do Programa de Integridade, a ser cumprido em até 12 (doze) meses.

§ 4º A CGM realizará visita durante a implementação do plano disposto no § 3º, a fim de orientar quanto ao sanamento de eventuais inconformidades detectadas, relacionadas ao não atendimento do cronograma de trabalho.

§ 5º Os modelos de Relatórios mencionados nos incisos I e II estão disponíveis na página *web* da Prefeitura de Porto Alegre, por meio do *link* http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smtc/default.php?p_secao=2393.

Art. 4º No Relatório de Perfil, a Pessoa Jurídica deverá informar:

I – a descrição dos setores do mercado em que atua;

II – a estrutura organizacional;

III – o número de funcionários próprios e terceirizados;

IV – os principais clientes, com a composição do faturamento em Contratos públicos e privados;

V – a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de acordo com o objeto do Contrato;

VI – a participação em outras empresas;

VII – a definição do porte empresarial, de acordo com a Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007; e

VIII – as interações com a administração pública nacional ou estrangeira.

Art. 5º No Relatório de conformidade do programa, a Pessoa Jurídica deverá:

I - informar a estrutura do Programa de Integridade, com:

a) indicação de quais parâmetros previstos nos incisos do *caput* do art. 34, da Lei nº 12.827/2021, foram implementados;

b) descrição de como os parâmetros previstos na alínea “a” foram implementados;

c) explicação da importância da implementação de cada um dos parâmetros previstos na alínea “a”, frente às especificidades da Pessoa Jurídica, para a mitigação de risco de ocorrência de atos lesivos constantes do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

II - demonstrar o funcionamento do Programa de Integridade na rotina da Pessoa Jurídica, com histórico de dados, indicadores de *compliance* e casos concretos; e

III - demonstrar a atuação do Programa de Integridade na prevenção, detecção e remediação de atos lesivos.

§ 1º A Pessoa Jurídica deverá comprovar suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

§ 2º A comprovação pode abranger Documentos Oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, Memorandos, Atas de Reunião, Relatórios, manuais, imagens capturadas da tela de computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordens de compra, Notas Fiscais, Registros Contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

Art. 6º A implementação, por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, dos parâmetros de que trata o art. 5º desta Instrução Normativa, bem como o § 2º e o *caput* do art. 34 da Lei nº 12.827/2021, poderá ser efetivada por meio de medidas de integridade mais simples, com menor rigor formal, que demonstrem o comprometimento com a ética e a integridade na condução de suas atividades.

Art. 7º A avaliação do Programa de Integridade, de que trata o § 5º do art. 33 da Lei nº 12.827/2021, deverá levar em consideração as informações prestadas pela Pessoa Jurídica, e sua comprovação, nos Relatórios de perfil e de conformidade do programa.

§ 1º As medidas de integridade implementadas deverão considerar o atendimento dos parâmetros dispostos nesta Instrução Normativa e sua adequação ao perfil da empresa.

§ 2º O cumprimento dos parâmetros adotados pela Pessoa Jurídica será considerado como implementado, quando atingida pontuação igual ou superior a 80 (oitenta) pontos, conforme avaliação estabelecida nos Anexos I e II.

§ 3º A avaliação será disponibilizada à Pessoa Jurídica, que poderá manifestar-se e/ou apresentar documentos complementares que entender necessários, uma única vez, no prazo improrrogável de 04 (quatro) dias, a contar da data do recebimento da avaliação.

§ 4º Findo o prazo estabelecido no § 3º e na ausência de um dos pré-requisitos estabelecidos nos artigos 4º e 5º e, ainda, no não cumprimento dos parâmetros do § 2º, a Pessoa Jurídica deverá apresentar Plano de Implementação.

§ 5º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, não será reconhecido, devendo a CGM apresentar as razões pelas quais essa decisão foi adotada.

§ 6º O Plano de Implementação do Programa de Integridade que se mostrar ineficaz ou em constante atraso ao cronograma apresentado, não será certificado, devendo a CGM apresentar as razões pelas quais essa decisão foi adotada.

§ 7º A CGM poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins da avaliação de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 15 de outubro de 2021.

SÍLVIO LUIS DA SILVA ZAGO, Controlador-Geral do Município.

[Anexo I - Planilha de Avaliação Geral](#)

[Anexo II - Planilha de Avaliação ME e EPP](#)

[Anexo III - Termo de Compromisso](#)

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO / PROPOSTA DE PREÇO

(MODELO)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO E TELEFONE

E-MAIL

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PARA PAGAMENTO: (Banco - Agência - Conta)

Item	Código	Especificação do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)
1	1007152	CERA LÍQUIDA, INCOLOR, A BASE DE CERA NATURAL E SINTÉTICA PARA ASSOALHO. LATA OU EMBALAGEM PLÁSTICA COM 850 ML APROXIMADAMENTE. INDICAR MARCA. INDICAR O NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA.	LT	4.110		
2	1007194	DESINFETANTE SANITÁRIO A BASE DE PARADE CLOROBENZENO, EM TABLETE COM 40G APROX., PESO LÍQUIDO, PERFUMES DIVERSOS, COM GANCHO DE SEGURANÇA. INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	17.660		
3	1007202	DESINFETANTE E GERMICIDA, LÍQUIDO, AROMA DE PINHO, USO DOMÉSTICO, FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DO REGISTRO NO MI NISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	32.150		
4	1007210	DETERGENTE LÍQUIDO,NEUTRO,BIODEGRADÁVEL, DESENGORDURANTE, PH 7, USO DOMÉSTICO, EM FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NO MI NISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	60.440		
5	1007236	ESFREGÃO DE AÇO, DUPLO. INDICAR MARCA.	PC	2.210		
6	1007251	ESPONJA PARA LIMPEZA, COM 11,5 X 7,5 X 2 CM APROX., DUAS FACES, UM LADO EM FIBRA ABRASIVA E OUTRO EM ESPUMA MACIA, EMBALAGEM INDIVIDUAL DE FÁBRICA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA.	PC	31.560		

Item	Código	Descrição do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)
7	1007277	LUSTRA MÓVEIS, FRASCO COM 200 ML APROX. INDICAR MARCA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	2.690		
8	1007368	ESPUMA PARA LIMPEZA, LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	110		
1	1007152	ESPUMA PARA LIMPEZA, LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	LT	4.110		
9	1007376	ESPUMA PARA LIMPEZA, LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	LT	9.530		
2	1007194	ESPUMA PARA LIMPEZA, LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	17.660		
10	1007434	ESPUMA PARA LIMPEZA, LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	16.570		
11	1007442	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	17.850		
3	1007202	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	32.150		
12	1007459	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	TB	6.830		
4	1007210	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	60.440		
13	1007467	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	CN	5.380		
5	1007236	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	2.210		
14	1007475	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	CN	1.150		
15	1007483	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	CN	3.550		
6	1007251	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	31.560		
16	1007491	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	CN	530		
17	1007509	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 60 LITROS, ESPESSURA 0,08 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	CN	4.230		
7	1007277	LUSTRA MÓVEIS, FRASCO COM 200 ML APROX. INDICAR MARCA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	2.690		
18	1007517	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR LARANJA, CAPACIDADE 60 LITROS, ESPESSURA 0,08 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	CN	540		
		ESPESSURA 1 MM APROX..CABO EM FORMA TUBU				

Item	Código	Descrição do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)
26 1	1063999 1007152	KIT LIMPEZA COM BALDE PLÁSTICO, CAPACIDA DE 10 LITROS, ALÇA EM PP COM EMPUNHADURA ERGONOMICA, ALTA QUALIDADE, BASE DE BARRA (SEM VITÃO) COM ESPALHADOR PLÁSTICO, BICO DE ALUMÍNIO, PASTA DE DENTIFRICO PLÁSTICA DE 85G E ENCALHE QUÍMICO EM LÍQUIDO. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NACIONAL. QMIRRO AUTOINFESOR QUE NÃO DEVEIRÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. ENTREGA COM MATERIAL ENCAIXA E ROSCA, REFIL DE ALGODÃO E POLIPROPILENO COM ROSCA INTERNA. INDICAR MARCA.	PC LT	180 4.110		
2 27	1007194 1071711	BESO LÍQUIDO, PERFUMES DIVERSOS, COM GARFALHO DE SEGURANÇA, LITROS, MARCA E RESOLUÇÃO DE PROPOSTA, A SER ENTREGUE COM FERMENTO DE FABRICAÇÃO CONFORME ABQ 010099 QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA.	PC CN	17.660 3.890		
28 3	1071729 1007202	DESINFETANTE GERMICIDA LÍQUIDO COM AROMA DE CÍTRICO, CAPACIDADE DE 60 LITROS, ESPESSURA DA PAREDE TRANSPARENTE, LARGURA DE 50 CM APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NACIONAL. O PRODUTO NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. COR PRETA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA DA PAREDE DE 5 MM, ALTO 150 CM, RIGIDO E PERMANENTE, DESENGARRANTE, CONFORME NBR 9191/01/01, FRASCO COM 500 UNIDADES TRANSPARENTES COM 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NACIONAL.	CN FR	3.960 32.150		
29	1071737	DESINFETANTE LÍQUIDO DE USO DOMÉSTICO, EM SPRAY, CAPACIDADE DE 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NACIONAL.	CN	5.500		
4 30	1007210 1071836	DESINFETANTE LÍQUIDO DE USO DOMÉSTICO, EM SPRAY, CAPACIDADE DE 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NACIONAL. O PRODUTO NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR FR	60.440 7.290		
51	1097886	DESINFETANTE LÍQUIDO DE USO DOMÉSTICO, EM SPRAY, CAPACIDADE DE 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NACIONAL.	PF	2.760		
32	1071927	DESINFETANTE LÍQUIDO DE USO DOMÉSTICO, EM SPRAY, CAPACIDADE DE 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NACIONAL.	CN	3.360		
33	1097997	DESINFETANTE LÍQUIDO DE USO DOMÉSTICO, EM SPRAY, CAPACIDADE DE 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NACIONAL.	PC	2.210		
7	1007277	LUSTRA MÓVEIS, FRASCO COM 200 ML APROX. INDICAR MARCA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	2.690		
		PA PARA LIXO, CONCHA EM CHAPA DE METAL, ESPESSURA 1 MM APROX. CABO EM FORMA TUBU				

Item	Código	Descrição do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)
1 34	1007152 2001057	KIT LIMPEZA COMPOSTO DE: UM BALDE PLÁSTICO EM ESPONJA PARA LIMPEZA COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 14 LITROS, EM PP, PAREDES COM ESPESSURA DE 2 MM APROXIMADAMENTE, BOCA DO BALDE COM BICO, CERRADO NA BORDA DE APOIO DE ABOCADAÇÃO E ISOLAMENTO TÉRMICO (INTERNAMENTE) EMBALAGEM COM TAMPUNHADO PARA NÃO ENFURCAR A LATERAL DO BALDE. INDICAR O NÚMERO DO REGISTRO NO MI NISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	LT PC	4.110 820		
2	1007194	DESINFETANTE SANITÁRIO À BASE DE ALCOOL, EXPRESSIONADO COM TAMPÃO E ROSCA DE FECHAMENTO EM RESINA E POLIPROPILENO COM ROSCA INTERNA DE SEGURANÇA. INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	17.660		
35	2001673	DESINFETANTE SANITÁRIO À BASE DE ALCOOL, EXPRESSIONADO COM TAMPÃO E ROSCA DE FECHAMENTO EM RESINA E POLIPROPILENO COM ROSCA INTERNA DE SEGURANÇA. INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	4.670		
3	1007202	FRASCO DE PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DO REGISTRO NO MI NISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	32.150		
<p>ANEXO A - Relação de marcas aprovadas, conforme documento SEI nº 22647544</p> <p>2. O valor total proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), frete, energia, luz, água, mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, despesas com transporte de material, pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de trabalho, cumprimento das obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, e despesas necessárias, não especificada neste Edital.</p> <p>3. O prazo de validade da presente proposta é de () dias, da data fixada para a sua apresentação. (mínimo de 60 dias)</p> <p>4. Informamos que nos comprometemos a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo determinado pelo Município, indicando para esse fim como representante legal desta empresa o(a) Sr(a) _____, CPF _____.</p> <p>5.1. Estamos cientes da necessidade de cadastrar o mencionado representante no sistema SEI da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para assinar os documentos eletronicamente, em http://sei.procempa.com.br/usuario_externo, devendo tal cadastramento ocorrer a partir da data da HOMOLOGAÇÃO do certame.</p> <p>5. Declaramos que esta proposta é válida para o recebimento de correspondências e entregas não deverá ter prazo de entrega que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado.</p> <p>6. Prazo de entrega do material: conforme estabelecido no Edital.</p>						
5	1007236	ESPREGÃO DE AÇO, DUPLA, INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	2.210		
6	1007251	INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA E PESO LIQUIDO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	PC	31.560		
7	1007277	LUSTRA MÓVEIS, FRASCO COM 200 ML APROX. INDICAR MARCA.' O PRODUTO A SER ENTREGUE NAO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	2.690		

....., de de

7	1007277	LUSTRA MÓVEIS, FRASCO COM 200 ML APROX. INDICAR MARCA.' O PRODUTO A SER ENTREGUE NAO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL.	FR	2.690		
		(RG)				
		PA PARA LIXO, CONCHA EM CHAPA DE METAL, ESPESSURA 1 MM APROX..CABO EM FORMA TUBU				

*** PROCEDIMENTO QUANTO ÀS MARCAS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS ARREMATANTES**

1.1. A aprovação das marcas ofertadas ficará condicionada a análise da **COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE - CPME OU COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA -CPMHL** e se necessário for, será solicitada a apresentação de amostras para avaliação.

1.1.1. Endereço: RUA URUGUAI, Nº 277, 11º ANDAR, CENTRO HISTÓRICO, PORTO ALEGRE/RS, CEP: 90010-140.

1.2. Somente serão registrados os preços das marcas aprovadas, as quais constarão no **INSTRUMENTO I** da Ata de Registro de Preços.

1.3. As marcas que constam do **ANEXO A** já estão aprovadas para a presente licitação. Serão aceitas propostas com marcas que não constem da relação anexa sendo que, para essas, será solicitado o envio, **no prazo de 03 (três) dias**, de amostra pelo licitante vencedor, após a fase de habilitação;

1.4. Serão consideradas Aprovadas as marcas que alcançarem avaliação Satisfatória em todos os critérios apresentados a seguir:

a) especificação – o produto deverá atender integralmente o especificado neste edital;

b) embalagem – deverá acompanhar junto da amostra, a embalagem original do produto. Ex etiqueta adesiva, caneta esferográfica, estiletes e etc;

c) teste de uso – nos casos necessários, os produtos serão testados segundo as instruções da embalagem e/ou através de teste de aceitabilidade pelos usuários, devendo resultar em apresentação, características sensoriais e rendimento de acordo com o informado e durabilidade;

f) Serão reprovadas as marcas que forem consideradas como Insatisfatórias em um ou mais quesitos do item anterior, bem como aquelas que apresentarem histórico documentado de problemas de qualidade, verificados por ocasião de uso nos diversos órgãos e Secretarias do Município de Porto Alegre.

OBS: As amostras enviadas para análise não serão devolvidas.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ENTIDADE PROFISSIONAL

(MODELO)

(Nome da Licitante), CNPJ nº sediada (endereço completo),
declara, sob as penas da Lei, como interessado na licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que **NÃO** possui registro
ou inscrição em entidade profissional competente, para o atendimento do objeto desta licitação.

_____, ____ de _____ de 20__.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA EMPRESA

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(MODELO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 92.963.560/0001-60** neste ato representado pela **DIRETORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, Sra., conforme delegação de competência estabelecida no Decreto n.º 21.363/2022, aqui denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a Empresa CNPJ. n.º, tendo sede na....., cidade de....., aqui denominada simplesmente **FORNECEDOR**, firmam a presente Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preços nº 62/2023**, para a Administração Pública do Município de Porto Alegre, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Municipal n.º 881/2020, Lei Municipal n. 12.827/2021, Decreto n.º 20.587/20 e Decreto nº 11.555/1996, e de acordo com as especificações e os detalhes constantes no **INSTRUMENTO I**, integrante da presente Ata e consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços de material de higiene e limpeza, conforme descrição e marcas constantes no **INSTRUMENTO I e seus Anexos**, desta Ata de Registro de Preços.

1.2. Serão considerados participantes do Sistema de Registro de Preço os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, as entidades da Administração Pública Municipal Indireta e o Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento passará a vigor a partir de sua assinatura, sendo extinto ao final do prazo de validade do registro de preços, que é de 01 (um) ano.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado para cada item constantes do item 1.1, está especificado no **INSTRUMENTO I** desta Ata de Registro de Preços.

3.1.1. Estão incluídos no valor todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as solicitações de fornecimento que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie.

3.2.1. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art. 5º do Decreto nº 11.555/96.

CLÁUSULA QUARTA – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1.. A formalização para a aquisição do material se dará mediante nota de empenho.

4.2 - Para a formalização, será exigida a comprovação das condições de habilitação estabelecidas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

4.3. Fica estabelecida a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade pela **FORNECEDORA**, nas hipóteses

previstas no *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021.

4.3.1 - A exigência do Programa de Integridade, quando cabível, dar-se-á a partir da emissão da **NOTA DE EMPENHO**, devendo a **FORNECEDORA** apresentar, o relatório de perfil e relatório de conformidade do Programa por ela instituído.

4.3.2 - A **FORNECEDORA** que celebrar relação contratual com o **MUNICÍPIO** pela primeira vez durante a vigência da Lei Municipal 12.827/2021, inclusive renovação e outros aditivos, e não houver implementado o Programa de Integridade, deverá apresentar, antes da emissão da **NOTA DE EMPENHO**, Termo de Compromisso, conforme modelo no Anexo III da Instrução Normativa 003/2021, da Controladoria-Geral do Município, e nos primeiros 30 dias após a Ordem de Início do Contrato, além do Relatório disposto no inciso I do art. 3º da Instrução Normativa 003/2021 da Controladoria-Geral do Município, deverá apresentar Plano de Trabalho compatível com o Relatório de perfil e cronograma de implementação do Programa de Integridade, a ser cumprido em até 12 (doze) meses.

4.3.3 - Os custos e as despesas com a implantação e manutenção do Programa de Integridade ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo ao **CONTRATANTE** o seu ressarcimento.

4.3.4 - O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua existência, aplicação e efetividade, pela Controladoria-Geral do Município, na forma estabelecida na Instrução Normativa 003/2021 da Controladoria-Geral do Município, sujeitando-se a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Municipal 12.827/2021, em caso de descumprimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA

5.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra, que será encaminhada para o **FORNECEDOR** através do e-mail informado pelo mesmo no **ANEXO III - Especificações Técnicas/Modelo de Proposta**.

5.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo **FORNECEDOR**, desde que requerido antes da data limite para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada, por escrito, diretamente, ao local de entrega constante na Nota de Empenho ou ordem de compra. Caso o processo esteja em fase recursal, as dúvidas serão esclarecidas pela Comissão de Julgamento de Recursos (cjra.dlc@portoalegre.rs.gov.br).

5.1.2. A troca de marca ou de embalagem poderá ser solicitada pelo **FORNECEDOR** a qualquer momento durante a vigência da ata de registro, condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada para Unidade de Registro de Preços - URP - DLC (urp@portoalegre.rs.gov.br). Em caso de deferimento, este deve ser apresentado ao órgão demandante no momento da entrega do material.

5.2. Os locais de entrega serão todos dentro do Município de Porto Alegre, conforme indicação na nota de empenho ou ordem de compra.

5.3. O objeto com preço registrado deverá ser entregue de acordo com as especificações constantes no **INSTRUMENTO I**;

5.3.1. Quando as especificações do material não dispuserem de modo diverso, a **VALIDADE** do produto, na data de recebimento pelo órgão requisitante, **deverá ter no mínimo 01 (um) ano ou 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo vigente, quando este for inferior a 01 (um) ano**.

5.4. O **FORNECEDOR** deverá comprometer-se a trocar todo o material pertencente a um lote em que tenham sido detectados problemas decorrentes devido a falhas no processo de fabricação ou de transporte inadequado;

5.5. O **FORNECEDOR** deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro ainda que, a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.

5.6. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, o **FORNECEDOR** deverá providenciar, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, após a solicitação do órgão responsável pela compra, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas nesta Ata de Registro, no Decreto nº 11.555/96, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.090/90).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo do pagamento devido pelo **MUNICÍPIO** é de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto licitado, mediante apresentação da nota fiscal/fatura.

6.1.1. O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura com a descrição detalhada dos materiais, com a entrega devidamente atestada pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante,

acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

6.1.2 - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**.

6.2. Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, este, dar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

6.3. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o **FORNECEDOR** informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão solicitante, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

6.4. O **FORNECEDOR** tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **CONTRATANTE**, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

6.5. O fornecimento deve ser mantido caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1. Não será concedido reajuste dos preços registrados.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

7.4.1. liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.4.2. convocar os FORNECEDORES REMANESCENTES, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.4.3. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5. O requerimento deverá ser encaminhado para a Unidade de Registro de Preços (URP) da Diretoria de Licitações e Contratos, localizada na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140.

7.6. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão final em até 60 (sessenta) dias a contar da entrega completa de toda a documentação comprobatória pelo FORNECEDOR.

7.7. Não poderá haver interrupção do fornecimento até a decisão final do órgão gerenciador, sob pena das aplicações das sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1. Fornecer e manter atualizado e-mail e telefone para contato e encaminhamento da Nota de Empenho ou Ordem de Compra.

8.2. Submeter-se à fiscalização do órgão responsável pelo recebimento do objeto registrado. Acatando prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.

8.3. Cumprir os prazos e obrigações estabelecidas neste instrumento.

8.4. Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução do fornecimento dos bens adquiridos pelo **MUNICÍPIO**.

8.5. Pagar todos os tributos devidos, referentes à execução da Ata.

8.6. Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto registrado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.

8.7. Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.

8.8. Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de qualquer situação, a fim de não causar transtorno ou atraso quando da entrega do objeto.

8.9. Prestar toda assistência para o perfeito andamento do fornecimento do objeto.

8.10. Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação do objeto a serem fornecidos.

8.11. Observar o prazo de validade do objeto fornecido quando sua especificação assim o requerer.

8.12. Fornecer o objeto dentro do melhor padrão técnico aplicável no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento, às especificações do **MUNICÍPIO**, ao Edital e ao processo de licitação, documentos estes que integram o presente, desde que não conflitem com as suas disposições, sendo que as do **MUNICÍPIO** prevalecerão sobre as do **FORNECEDOR**.

8.13. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções que por ventura não tenham sido identificados no período de testes.

8.14. O **FORNECEDOR** deverá responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio que porventura venham a ser ocasionados pelo uso dos produtos fornecidos, confirmados por laudo técnico, assumindo integralmente o ônus pelo conserto do equipamento danificado ou a substituição por equipamento similar ou superior.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. O órgão responsável pela Ata, Unidade de Registro de Preços (URP-DLC), disponibilizará à empresa fornecedora a Ata de Registro de Preços;

9.2. São obrigações da Unidade de Registro de Preços (URP-DLC):

9.2.1. Atender às solicitações de esclarecimentos do **FORNECEDOR**;

9.2.2. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações da ata, assim como as demais disposições pertinentes;

9.2.3. Orientar aos órgãos demandantes quanto às dúvidas encaminhadas;

9.2.4. - Aplicar ao **FORNECEDOR** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

9.3. São obrigações do órgão demandante:

9.3.1. Realizar a primeira notificação ao **FORNECEDOR**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.3.1.1. Em caso de descumprimento por parte do **FORNECEDOR**, o órgão demandante deverá encaminhar à Unidade de Registro de Preços (URP-DLC), através de processo SEI, relato das dificuldades enfrentadas, bem como cópia da notificação que trata o item 9.3.1 e demais documentos pertinentes.

9.3.2. Inspeccionar a execução do fornecimento e a qualificação do objeto entregue, conforme especificações do ato convocatório;

9.3.3. Inspeccionar, periodicamente, os locais de acondicionamento do objeto contratado para verificar, em especial, o cumprimento das rotinas estabelecidas e das solicitações de providências;

CLÁUSULA DEZ – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA, DA ENTREGA E DO OBJETO

10.1. A fiscalização quanto à obediência a Ata de Registro de Preços, da entrega e do objeto será exercida, através responsável designado pelo órgão demandante.

10.2. A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas na presente Ata.

10.3. O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município (FOR), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

11.1.1 - não mantiver a habilitação exigida no edital;

11.1.2 - apresentar documentação falsa;

11.1.3 - causar o atraso na execução do objeto;

11.1.4 - não mantiver a proposta;

11.1.5 - falhar na execução do contrato;

11.1.6 - fraudar a execução do contrato;

11.1.7 - comportar-se de modo inidôneo;

11.1.8 - declarar informações falsas; e

11.1.9 - cometer fraude fiscal.

11.2. O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e declaração de inidoneidade, sendo que a sanção de impedimento descrita no item anterior, a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços.

11.3. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

11.4. Na hipótese de atraso na entrega do material, será aplicada multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da aquisição, até o limite de 20% (vinte por cento).

11.5. Aplica-se o disposto no item anterior o caso de atraso injustificado do prazo estabelecido para substituição, correção ou reparação do artigo rejeitado, considerando para a cobrança da multa e para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, o prazo estabelecido para a substituição do artigo.

11.6. Em caso de atraso superior a 30 dias, a partir do 31º (trigésimo primeiro) o **MUNICÍPIO**, a seu exclusivo critério, poderá recusar o recebimento do material, cancelando a Ata de Registro de Preços e aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total, conforme o caso.

11.7. O **MUNICÍPIO**, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais Licitantes classificadas para assumirem o objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.8. No descumprimento de quaisquer outras obrigações, excetuada a hipótese de não cumprimento de prazos, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de até **10%** (dez por cento) do valor total da aquisição.

11.8.1. Será aplicada multa de 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, em caso de descumprimento das exigências do Programa de Integridade, nos termos do art. 36 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021.

11.9. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do **MUNICÍPIO**.

11.10. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11.11. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOPA.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do **FORNECEDOR** poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

12.1.1.1. O **FORNECEDOR** não cumprir as exigências contidas no edital ou Ata de Registro de Preços;

12.1.1.2. O **FORNECEDOR**, injustificadamente, não aceitar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**;

12.1.1.3. O **FORNECEDOR** incorrer em um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores;

12.1.1.4. O **FORNECEDOR** perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da Ata;

12.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

12.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas na forma do inciso XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR, quando:

12.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.2.1. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido que deverá conter toda a documentação comprobatória.

12.2.2. Caso não aceitas as razões do pedido de cancelamento, fica facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos casos previstos no item 12.1.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do **FORNECEDOR** encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, considerando-se cancelado o registro do **FORNECEDOR**, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação **FORNECEDOR** para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no edital, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes das solicitações do objeto correrão por conta das dotações orçamentárias e financeiras próprias dos órgãos da Administração Pública Municipal de Porto Alegre participantes do SRP.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica o **FORNECEDOR** vinculado, até o término da presente Ata de Registro, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de traslado fazem parte integrante deste instrumento.

14.2 - Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades do **FORNECEDOR**, integram esta Ata de Registro de Preços, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

14.2.1 - Edital de Pregão Eletrônico nº 62/2023, com todos os seus Anexos;

14.2.2 - Proposta do **FORNECEDOR**;

14.3 - Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preços, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos, oriundos da presente Ata de Registro fica eleito o Foro da cidade de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim por estarem justos e acertados, é firmada a presente Ata de Registro de Preços, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **MUNICÍPIO**.

INSTRUMENTO I

A SER PREENCHIDO CONFORME O ANEXO III ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/MODELO DE PROPOSTA



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Novello Cezarotto, Diretor(a)**, em 20/04/2023, às 17:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **23269396** e o código CRC **375ACA82**.

23.0.000017419-0

23269396v8

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
DLC - Diretoria de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico - 62/2023

Resultado da Homologação

0001 - Cera líquida, incolor, base de cera natural e sintética p/assoalho 850ml aprox - PROQUILL - FRASCO 1 LITRO - Valor Referência: 4,4100

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
MEGALIMPO PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	PROQUILL - FRASCO 1 LITRO	4.110,0000 Lata	3,6800	15.124,8000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0002 - Desinfetante sanitário, base de paradedlorobenzeno, tablete 40g apro - 35gr - Valor Referência: 2,5800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	35gr	17.660,0000 Peça	1,5200	26.843,2000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0003 - Desinfetante e germicida, líquido, aroma de pinho, uso doméstico, 500ml - PROQUILL - FRASCO 500 ML - Valor Referência: 2,6800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
Proquill Produtos Químicos de Limpeza Ltda.	PROQUILL - FRASCO 500 ML	32.150,0000 Frasco	1,5500	49.832,5000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0004 - Detergente líquido, neutro, biodegradável, uso doméstico, 500ml apro - neutro - Valor Referência: 2,1600

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	neutro	60.440,0000 Frasco	2,0000	120.880,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0005 - Esfregão de aço duplo - ESFREGAO - Valor Referência: 1,6800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
AJP COMERCIO ATACADO E VAREJO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI	ESFREGAO	2.210,0000 Peça	0,9300	2.055,3000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0006 - Esponja para limpeza, 11,5x7, 5x2cm aprox, 2 faces, abrasiva/espuma - INDIVIDUAL - Valor Referência: 3,0000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	INDIVIDUAL	31.560,0000 Peça	2,3000	72.588,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0007 - Lustra moveis, frasco com 200 ml aprox. - 200ML - Valor Referência: 2,6600

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	200ML	2.690,0000 Frasco	2,4000	6.456,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0008 - Pa para lixo, concha em chapa de metal, cabo de metal ou madeira - DALCIN - Valor Referência: 9,6000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
POA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	DALCIN	110,0000 Peça	9,4900	1.043,9000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel



0009 - Pasta para limpeza ou sabao em pasta, embalagem com 300g aprox. - 300GR - Valor Referência: 5,6700

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	300GR	9.530,0000 Lata	4,1500	39.549,5000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0010 - Saco de algodao, vazio, encorpado, lavado cru, 50x78cm aprox - LAVADO - Valor Referência: 6,1100

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	LAVADO	16.570,0000 Peça	3,5400	58.657,8000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0011 - Saco de algodao vazio, encorpado, alvejado branco - MARTINS - UNIDADE - Valor Referência: 8,0800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
Proquill Produtos Quimicos de Limpeza Ltda.	MARTINS - UNIDADE	17.850,0000 Peça	5,3000	94.605,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0012 - Saponaceo em po, tubo com 300g aprox., peso liquido - CLEAN - Valor Referência: 2,9000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
WE COMERCIO DE PRODUTOS E UTILIDADES DOMESTICAS EIRELI	CLEAN	6.830,0000 Tubo	2,5000	17.075,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0013 - Saco plastico p/lixo, verde, esp. 0,10 microns, capacidade 100l - 100L - Valor Referência: 47,1300

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	100L	5.380,0000 Cento	47,1200	253.505,6000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0014 - Saco plastico p/lixo, laranja, esp. 0,10 microns, capacidade 100l - 100L - Valor Referência: 47,1300

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	100L	1.150,0000 Cento	47,1200	54.188,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0015 - Saco plastico para lixo, verde, espessura 0,06 microns. capac. 40l. - CICLUS - Valor Referência: 17,3000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
BMI PROSPER EIRELI	CICLUS	3.550,0000 Cento	16,9400	60.137,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0016 - Saco plastico p/lixo, laranja, capacidade 40l - 40L - Valor Referência: 17,3000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	40L	530,0000 Cento	15,0000	7.950,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0017 - Saco plastico p/lixo, verde, esp. 0,08 microns, capacidade 60l - CICLUS - Valor Referência: 21,1700

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
BMI PROSPER EIRELI	CICLUS	4.230,0000 Cento	21,1700	89.549,1000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0018 - Saco plastico p/lixo, laranja, capacidade 60l - 60L - Valor Referência: 21,1700

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
------------	--------	------------	-------------	-------------	----------



DZL Distribuidora Zanata Ltda	60L	540,0000 Cento	15,0000	8.100,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel
-------------------------------	-----	----------------	---------	------------	--

0019 - Estopa branca, de primeira qualidade, para limpeza e polimento - KILO - Valor Referência: 14,3500

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	KILO	130,0000 Quilo	14,3500	1.865,5000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0020 - Limpa vidros liquido - SEBOLD - Valor Referência: 3,0500

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
CASARAO FS PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	SEBOLD	1.550,0000 Vidro	2,3900	3.704,5000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0021 - Detergente liquido perfumado a base de amoniaco, uso domestico,500ml - AJAX - Valor Referência: 7,0400

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
WE COMERCIO DE PRODUTOS E UTILIDADES DOMESTICAS EIRELI	AJAX	5.120,0000 Frasco	5,8500	29.952,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0022 - Cera acrilica, auto-selante, autobrilho, metalizada, embalagem plast - PROQUILL - LITRO - Valor Referência: 5,4100

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
MEGALIMPO PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	PROQUILL - LITRO	290,0000 Litro	5,4000	1.566,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0023 - Cera liquida, incolor, base de cera natural e sintetica, 850ml aprox - PROQUILL - FRASCO 1 LITRO - Valor Referência: 4,6300

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
MEGALIMPO PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	PROQUILL - FRASCO 1 LITRO	1.280,0000 Lata	3,7000	4.736,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0025 - Limpador multi-uso, instantaneo, embalagem 500 ml - PROQUILL - FRASCO 500 ML - Valor Referência: 2,4500

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
MEGALIMPO PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	PROQUILL - FRASCO 500 ML	9.570,0000 Frasco	2,2000	21.054,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0026 - Kit limpeza c/balde plastico, capac. 10l. c/espumador mop umido - 10L - Valor Referência: 36,1000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	10L	180,0000 Peça	35,0000	6.300,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0028 - Saco plastico para lixo, cor preta, capacidade 60 litros - CICLUS - Valor Referência: 20,2900

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
BMI PROSPER EIRELI	CICLUS	3.960,0000 Cento	20,2900	80.348,4000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0029 - Saco plastico para lixo, cor preta, capacidade 100 litros - CICLUS - Valor Referência: 30,3700

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
BMI PROSPER EIRELI	CICLUS	5.500,0000 Cento	30,3700	167.035,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel



0030 - Desinfetante multiuso p/limpeza pesada, frasco com 500ml aprox. - MULTIUSO - Valor Referência: 7,0300

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	MULTIUSO	7.290,0000 Frasco	6,5000	47.385,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0031 - Inseticida liquido de uso domestico, em spray, inodoro, nao toxico - BUZZ - FRASCO 300 ML - Valor Referência: 7,5800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
MEGALIMPO PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	BUZZ - FRASCO 300 ML	1.760,0000 Lata	7,4000	13.024,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0032 - Saco plastico para lixo, cor verde, capacidade 100 litros - CICLUS - Valor Referência: 38,7900

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
BMI PROSPER EIRELI	CICLUS	1.830,0000 Cento	38,7900	70.985,7000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0033 - Pa para lixo, plastica, com cabo de no minimo 60cm - PÁ PARA LIXO - Valor Referência: 3,6600

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
AJP COMERCIO ATACADO E VAREJO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI	PÁ PARA LIXO	2.210,0000 Peça	2,7000	5.967,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0034 - Kit limpeza c/balde 14 l espremedor mop umido com cabo - 14J - Valor Referência: 35,9500

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DZL Distribuidora Zanata Ltda	14J	820,0000 Peça	35,9000	29.438,0000	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

0035 - Saco plastico p/lixo cor laranja capacidade 130 l - CICLUS - Valor Referência: 0,8355

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
BMI PROSPER EIRELI	CICLUS	4.670,0000 Peça	0,7501	3.502,9670	Homologado em 18/08/2023 09:51:44 Por: Mariane Beatriz Jeckel

Mariane Beatriz Jeckel
Autoridade Competente



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 87.174.991/0001-07
Razão Social: PROQUILL PRODUTOS QUIMICOS LIMPEZA LTDA
Endereço: R VEREADOR MARIO CARDOSO FERREIRA 359 DISTR INDUSTRIAL AL / TIJUCA / ALVORADA / RS / 94836-195

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/11/2023 a 11/12/2023

Certificação Número: 2023111200301117917819

Informação obtida em 20/11/2023 14:46:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PROQUILL PRODUTOS QUIMICOS DE LIMPEZA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 87.174.991/0001-07
Certidão n°: 65671142/2023
Expedição: 20/11/2023, às 14:49:32
Validade: 18/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PROQUILL PRODUTOS QUIMICOS DE LIMPEZA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **87.174.991/0001-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ALVORADA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

32462/2023

Contribuinte

Nome/Razão: 40389 - PROQUILL PRODUTOS QUIMICOS DE LIMPEZA LTDA

CNPJ/CPF: 87.174.991/0001-07

Endereço: RUA VEREADOR MÁRIO CARDOSO FERREIRA, 359

Complemento:

Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL ALVORADA

Cidade: Alvorada - RS

Ressalvando o direito de a fazenda municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa física/jurídica acima identificada que vieram a ser apuradas, é certificado que:

1. Constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Orçamento (SMFPO) Parcelados e/ou com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5172, de 25 de Outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN)

2. Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa Física/Jurídica na âmbito da SMF.

Validade da Certidão até: 19/02/2024

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Finalidade

Certidão por Contribuinte

Observações

Emitido por:

Alvorada, 20 de novembro de 2023.

**Esta certidão foi emitida através do portal de serviços da Prefeitura Municipal de Alvorada,
para consultar a autenticidade acesse: <https://alvorada.atende.net>**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PROQUILL PRODUTOS QUIMICOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 87.174.991/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 02:39:54 do dia 09/11/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/05/2024.

Código de controle da certidão: **FF7D.F0A2.04E6.B181**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidões

[➔ Entrar](#)**Consultado:** PROQUILL PRODUTOS QUIMICOS DE LIMPEZA LTDA**CPF/CNPJ:** 87174991000107**Data da consulta:** 20/11/2023 15:06:39

Certidão	Bases de dados consultadas	Situação	Emissão
Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CNEP	Nada Consta ✓	
	CGU-PJ	Nada Consta ✓	
	CEIS	Nada Consta ✓	
	ePAD	Nada Consta ✓	
	CEPIM	Nada Consta ✓	

Avalie o Certidões

Em uma escala de 0 a 10, considerando a sua experiencia em consultar a sua certidão, o quanto você recomendaria o Certidões para um amigo ou familiar?

Pouco Satisfeito**Muito Satisfeito**

O que você mais gosta no certidões?

REDES SOCIAIS

INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

[Institucional](#)[Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#)[Portal da transparência](#)

CONTATO

[Fale Conosco](#)

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMONIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP
PORTO ALEGRE / RS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.0.000017419-0

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

Razão Social: PROQUILL PRODUTOS QUIMICOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 87.174.991/0001-07

Inscrição Estadual: 165/0170170

Endereço: Rua Vereador Mario Cardoso Ferreira, nº 359 – Alvorada/RS **Telefone:** (51) 3344-4401 / 3500-2718

E-mail: proquill@proquill.com.br / licitacao@proquill.com.br

Dados Bancários:

Banco: Banrisul
Agencia: 0028

Conta Nº: 060118750-2
Agencia Assis Brasil

Item	Cód. Mat.	Especificação do Material	Unidade	Quant.	Valor Unitária.	Valor Total
03	1007202	DESINFETANTE E GERMICIDA, LÍQUIDO, AROMA DE PINHO, USO DOMÉSTICO, FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DO REGISTRO NO MI NISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. REGISTRO NA ANVISA Nº 309420011 MARCA: PROQUILL	Frasco	32.150	R\$ 2,65	R\$ 85.197,50
04	1007210	DETERGENTE LÍQUIDO,NEUTRO,BIODEGRADÁVEL, DESENGORDURANTE, PH 7, USO DOMÉSTICO, EM FRASCO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 500 ML APROX. INDICAR MARCA E NÚMERO DE REGISTRO NO MI NISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS, QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. NOTIFICAÇÃO NA ANVISA Nº 25351.089148/2009-54 MARCA: LIMPOL	Frasco	60.440	R\$ 3,51	R\$ 212.144,40
06	1007251	ESPONJA PARA LIMPEZA, COM 11,5 X 7,5 X 2 CM APROX., DUAS FACES, UM LADO EM FIBRA ABRASIVA E OUTRO EM ESPUMA MACIA, EMBALAGEM INDIVIDUAL DE FÁBRICA. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA. MARCA: BETTANIN - REF. 9406F	Peça	31.560	R\$ 3,00	R\$ 94.680,00
10	1007434	SACO DE ALGODÃO, VAZIO, ENCORPADO, LAVADO, TAMANHO APROXIMADO 50CM X 78CM, 115G. INDICAR MARCA. MARCA: MARTINS	Peça	16.570	R\$ 6,10	R\$ 101.077,00
11	1007442	SACO DE ALGODÃO,VAZIO,ENCORPADO,ALVEJADO BRANCO, TAMANHO APROX. DE 50 CM X 78 CM, 115G. INDICAR MARCA. MARCA: MARTINS	Peça	17.850	R\$ 8,00	R\$ 142.800,00
13	1007467	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA 0,10 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA. MARCA: PROQUILL	Cento	5.380	R\$ 67,10	R\$ 360.998,00
17	1007509	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR VERDE, CAPACIDADE 60 LITROS, ESPESSURA 0,08 MICRONS NO MÍNIMO. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO DEVERÁ TER DATA DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 60 DIAS QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL. INDICAR MARCA. MARCA: PROQUILL	Cento	4.230	R\$ 44,72	R\$ 189.165,60
28	1071729	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR PRETA, CAPACIDADE 60 LITROS, ESPESSURA DA PAREDE 0,08 MM NO MÍNIMO, LARGURA 58 CM X COMPRIMENTO 70 CM APROX., CONFORME NBR 9190/93 E 9191/93, PACOTE COM 100 UNIDADES. INDICAR MARCA. MARCA: PROQUILL	Cento	3.960	R\$ 36,56	R\$ 144.777,60
29	1071737	SACO PLÁSTICO PARA LIXO,COR PRETA, CAPACIDADE 100 LITROS, ESPESSURA DA PAREDE 0,10 MM NO MÍNIMO, ALTURA 75 CM X COMPRIMENTO 105 CM APROX., CONFORME NBR 9190/93 E 9191/93, PACOTE COM 100 UNIDADES. INDICAR MARCA. MARCA: PROQUILL	Cento	5.500	R\$ 54,84	R\$ 301.620,00
VALOR TOTAL						R\$ 1.632.460,10

ANEXO A - Relação de marcas pré-aprovadas, conforme documento SEI nº 22647544



Proquill Produtos Químicos de Limpeza Ltda.
Rua Vereador Mario Cardoso Ferreira, 359 | Distrito Industrial de Alvorada/RS | CEP 94836-195
Fone/Fax: (51) 3344.4401 | 3019.0250
E-mail: proquill@proquill.com.br | www.proquill.com.br
CNPJ: 87.174.991/0001-07 | Ins. Est.: 165/0170170

2. O valor total proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

3. O prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias, da data fixada para a sua apresentação.

4. Informamos que nos comprometemos a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo determinado pelo Município, indicando para esse fim como representante legal desta empresa o Sr. Ulisses Germano Heit, CPF 805.272.050-87.

4.1. Estamos cientes da necessidade de cadastrar o mencionado representante no sistema **SEI** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para assinar os documentos eletronicamente, conforme instruções disponibilizadas em http://sei.procempa.com.br/usuario_externo, devendo tal cadastramento ocorrer a partir da data da HOMOLOGAÇÃO do certame.

5. Declaramos que o endereço do correio eletrônico proquill@proquill.com.br / vendas1@proquill.com.br informado nesta proposta é válido para o recebimento de correspondências e notificações que se fizerem necessárias e estamos cientes que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado do novo e-mail cadastrado.

6. Prazo de entrega do material: conforme estabelecido no Edital.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos;
Atenciosamente.

Alvorada, 18 de maio de 2022.

87.174.991/0001-07
PROQUILL - Prods. Quím. Limpeza Ltda.
Rua Vereador M. Cardoso Ferreira, 359
Distrito Industrial - CEP 94836-195
Alvorada - RS


Ulisses G. Heit
Sócio-gerente
RG: 4075025471
CPF: 805.272.050-87



Proquill Produtos Químicos de Limpeza Ltda.
Rua Vereador Mario Cardoso Ferreira, 359 | Distrito Industrial de Alvorada/RS | CEP 94836-195
Fone/Fax: (51) 3344.4401 | 3019.0250
E-mail: proquill@proquill.com.br | www.proquill.com.br
CNPJ: 87.174.991/0001-07 | Ins. Est.: 165/0170170

Data de Envio:

20/11/2023 15:20:26

De:

CMPA/e-mail da Seção de Licitações <licita@camarapoa.rs.gov.br>

Para:

proquill@proquill.com.br
licitacao@proquill.com.br

Assunto:

Solicitação de certidão negativa para aquisição de item do PE 62/2023 SRP/PMPA pela Câmara Municipal de Porto Alegre.

Mensagem:

Prezados, boa-tarde!

Com o fim de aquisição de 70 peças do item 11 - saco de algodão, vazio, encorpado, alvejado, branco, tamanho aprox. de 50cm x 78cm, 115g -, código 1007442, do PE 62/2023 SRP/PMPA, solicitamos-lhes cópia da certidão negativa estadual atualizada, com a maior brevidade possível.

At.te,

Fabiane da Costa,

Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Contratações,

Câmara Municipal de Porto Alegre,

Fone (51)3220-4314.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **PROQUILL PROD QUIM DE LIMPEZA LTDA**

CNPJ base: **87.174.991/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **30 dias do mês de OUTUBRO do ano de 2023**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 206 DO CTN

Descrição dos Débitos/Pendências

POSSUI 2 DEBITO(S):

1 Adm Parcelado - 1 Adm Exigibilidade Suspensa

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei n° 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 28/12/2023.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão n°: **26511831**
Autenticação: **36722617**



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4314 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

DESPACHO

À Diretoria de Patrimônio e Finanças:

Solicitamos autorização superior para contratarmos a empresa PROQUILL PRODUTOS QUÍMICOS DE LIMPEZA LTDA., CNPJ 87.174.991/0001-07, para aquisição do objeto informado no Projeto Básico, com manifestação da SADM, *link 0656647*, por meio da ARP-PMPA PE nº 062/2023, *link 0656665*.

Outrossim, informamos a inserção de Ata de Registro de Preços PMPA, Edital, Termo de Homologação e Certidões respectivos neste expediente, bem como que, nesta data, há saldo de 9.450 peças, conforme informado na planilha "Consulta de Saldo das Atas de Registro de Preços", da PMPA.

Atenciosamente,

Seção de Planejamento e Acompanhamento de Contratações.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Mattos da Costa, Assistente Legislativo**, em 21/11/2023, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0657521** e o código CRC **C3833530**.

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4136 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

DESPACHO

Ao SPAC:

Levando em consideração a instrução em 0657521, autorizo a aquisição por meio de ata de registro de preços da PMPA.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Frey Colussi, Diretor(a)-Geral**, em 21/11/2023, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0657708** e o código CRC **AB21129E**.



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

Telefone: (51) 3220-4314 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

MINUTA DE PUBLICAÇÃO

SÚMULA Nº 77/2023, DA CMPA, DE PARTICIPAÇÃO NO SRP/PMPA.

PROCESSO Nº: 076.00100/2023-75.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

CONTRATADA: PROQUILL PRODUTOS QUÍMICOS DE LIMPEZA LTDA.

CNPJ Nº: 87.174.991/0001-07.

OBJETO: Aquisição de 70 (setenta) peças de saco de algodão, vazio, encorpado, alvejado, branco, tamanho aprox. de 50cm x 78cm, 115g; marca Martins; conforme item 11, código 1007442, da ARP nº 24959700/2023, da PMPA.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos).

VALOR TOTAL: R\$ 371,00 (trezentos e setenta e um reais).

BASE LEGAL: Participante do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 062/2023, da PMPA.

Município de Porto Alegre, 22 de novembro de 2023.

Aline Frey Colussi,
Diretora-Geral.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Frey Colussi, Diretor(a)-Geral**, em 22/11/2023, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0658384** e o código CRC **1B17EF57**.



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4314 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

DESPACHO

Ao Setor de Expediente:

Solicitamos a divulgação de Súmula nº 77/2023, da CMPA, de Participação no SRP/PMPA, no DOPA-e de 23-11-2023, conforme documento constante do *link* 0658384.

Seção de Licitações.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Mattos da Costa, Assistente Legislativo**, em 22/11/2023, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0658385** e o código CRC **AED47EF2**.

Referência: Processo nº 076.00100/2023-75

SEI nº 0658385



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4113 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

CERTIDÃO

Certificamos que a matéria (0658384) foi divulgada no [Dopa-e](#), conforme link em destaque:



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Giovani Saccol, Assistente Legislativo**, em 23/11/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0659710** e o código CRC **6E424F71**.

Referência: Processo nº 076.00100/2023-75

SEI nº 0659710



DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXVIII - Edição 7141 - Quinta-feira, 23 de Novembro de 2023.

Divulgação: Quinta-feira, 23 de Novembro de 2023. **Publicação:** Sexta-feira, 24 de Novembro de 2023.

Legislativo - EDITAIS

Editais

Câmara Municipal de Porto Alegre

Protocolo: 453919

SÚMULA DE PARTICIPAÇÃO NO SRP/PMPA 77/2023

PROCESSO: 076.00100/2023-75.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

CONTRATADA: PROQUILL PRODUTOS QUÍMICOS DE LIMPEZA LTDA.

CNPJ: 87.174.991/0001-07.

OBJETO: Aquisição de 70 (setenta) peças de saco de algodão, vazio, encorpado, alvejado, branco, tamanho aprox. de 50cmx78cm, 115g; marca Martins; conforme item 11, código 1007442, da ARP nº 24959700/2023, da PMPA.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos).

VALOR TOTAL: R\$ 371,00 (trezentos e setenta e um reais).

BASE LEGAL: Participante do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 062/2023, da PMPA.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2023.

ALINE FREY COLUSSI, Diretora-Geral.

  [Edição Completa](#)



Imprimir



- Licitações
- Contratos
- Pessoas/Empresas
- Comissões
- Remessas
- Auditoria
- Tabelas
- Ajuda

Fase Concluída. X

Licitação Voltar Excluir Baixar Documentos

Órgão 54901 - CM DE PORTO ALEGRE

Situação Encerrada

Resultado Concluída

Fase Publicação

* Modalidade Adesão à Ata de Registro de Preços * Nº da Licitação 77 * Ano 2023

Origem LicitaCon WEB ...

Fase Interna Publicação

PUBLICAÇÃO

Data da Adesão 23/08/2023

Publicações

Alterar	Evento	Data	Veículo	Descrição
	Publicação	23/11/2023	Diário Oficial do Município	SÚMULA Nº 77/2023, DA CMPA, DE PARTICIPAÇÃO NO SRP/PMPA.

1 - 1

Revogação/Anulação/Encerramento

Alterar	Evento	Data
	Encerramento	23/11/2023

1 - 1